



PROGRAMA

**“POR UMA FORTALEZA POPULAR
E SOCIALISTA”**

**DA UNIDADE POPULAR PARA AS
ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE
FORTALEZA**

2020

Índice

Apresentação.....	6
Desenvolvimento econômico e finanças públicas.....	10
Assistência social.....	14
Educação.....	16
Promoção da saúde.....	29
Direito à cidade.....	35
Transporte.....	42
Esporte e lazer.....	45
Cultura.....	52
Segurança pública.....	56
Juventude.....	58
Mulheres.....	60
LGBT.....	65
Negros/as.....	68
Combate à intolerância religiosa.....	72
Poder popular.....	74
Meio Ambiente.....	77



Frei Tito

Tito de Alencar Lima, caçula entre 11 irmãos, nasceu em Fortaleza no dia 14 de setembro de 1945. Estudou no Colégio dos Jesuítas, onde começou a participar da Juventude Estudantil Católica (JEC).

Por sua atuação em defesa da democracia, foi torturado pela ditadura militar fascista em fevereiro de 1970.

No dia 10 de agosto de 1974, seu corpo foi encontrado “balançando entre o céu e a terra, sob o céu azul do verão francês”. Frei Tito se suicidou sob a copa de uma árvore. Seu corpo foi sepultado num cemitério dominicano na França e trazido para o Brasil em março de 1983. Recebido em São Paulo, após celebração solene na Catedral da Sé, conduzida por dom Paulo Evaristo Arns, seguiu para sua terra natal, Fortaleza, onde repousa e recebe muitas visitas e homenagens.



Jana Barroso

Nasceu em Fortaleza no dia 10 de junho de 1948. Estudante de Biologia na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), iniciou sua militância no movimento estudantil, decidindo, com o aumento da repressão promovida pela ditadura militar, a participar da luta armada na Guerrilha do Araguaia. Jana foi vista pela última vez em fevereiro de 1974, sob prisão de militares do exército.

Segundo a Comissão Nacional da Verdade, é considerada desaparecida política por não terem sido entregues aos seus familiares seus restos mortais

**Aos nossos mortos, nenhum
minuto de silêncio, mas uma vida
inteira de lutas!**

PAULA COLARES- PREFEITA! SERLEY LEAL- VICE

FORTALEZA DO POVO! CIDADE REBELDE!

A história da nossa cidade é marcada por lutas e rebeldias. Nossa Fortaleza não surgiu de um Forte, seja ele Português, Francês ou Holandês. Fortaleza é produto das diversas ocupações, lutas e outras tensões sociais iniciadas pelo colonizador europeu contra os povos originários. Não se constrói uma vila, e depois um município, com pedras, madeira e construções. Se constrói com gente! Ela foi, e ainda é, o produto inacabado das diversas lutas sociais e políticas que ocorreram e ocorrem todos os dias.

O colonizador viu oportunidade de negócios nessas terras, mas o bravo índio resistiu durante décadas. Após isso, numa terra já banhada com o sangue dos nossos ancestrais, trabalhadores encontraram seu sustento na cultura do algodão. Para tanto, a cidade teve grande impulso para atender aos mercados desse setor; ao mesmo tempo se destacam as grandes secas do Ceará, marcas incólumes nas ruas de Fortaleza. É também marcante a postura aguerrida contra a escravidão, particularmente do rebelde Chico da Matilde, o Dragão do Mar, que, sendo jangadeiro, se negou ao embarque de escravos e organizou os demais trabalhadores contra o tráfico negreiro.

Não temos uma história de coisas ou de grandes homens que nos deram o que precisávamos. Tivemos que buscar nossos direitos. É obvio que nesse processo várias figuras se destacaram, que defenderam o progresso e o desenvolvimento dessa mesma gente. Lutaram inclusive contra o passado coronelista, clientelista, retrógrado e conservador que dominou as elites e ainda as influencia.

Por isso, nosso maior valor está no POVO DE FORTALEZA!

Entendemos a cidade muito mais do que ruas, avenidas, equipamentos, etc. Aqui, somos produto de uma história humana de quase 3 séculos. Somos trabalhadores, sejam mulheres, jovens, negros e negras, comerciantes, operários, camelôs, idosos, enfim, cidadãos que, juntos, forjamos diariamente a 5ª maior capital do país. Somos um povo aguerrido, não nos escondemos dos nossos deveres. Construimos com muito esforço um lugar para nossas famílias viverem dignamente.

No entanto, passado tanto tempo, nossa FORTALEZA continua padecendo de inúmeros problemas: violência urbana, descaso com a saúde pública, educação pública

deficiente, falta de moradias, acesso limitado a transporte, saneamento básico insuficiente, enfim. É claro que avançamos em muitos pontos, mas estamos longe de sermos uma cidade para o seu próprio povo. Claro está também que não é um governo municipal que poderá resolver todos os problemas da cidade, sem um governo estadual e um governo federal comprometidos com os trabalhadores. Mesmo assim, pode-se fazer muito para minimizar as graves injustiças existentes nos seus 121 bairros distribuídos nas 6 regionais (subprefeituras).

Nos últimos anos, os governos do PDT se limitaram a propagandear obras públicas (embora poucas), muitas delas voltadas apenas às áreas mais ricas da cidade. Prometeram milhares de casas, creches em tempo integral, saúde e educação de qualidade. Não vimos nada disso! Ao olharmos mais de perto, temos aprofundada a mesma dura realidade: de um lado, a cidade do futuro, estruturada, cheias de serviços, turística; de outro, as favelas, as periferias, sem amparo do poder público sofrendo com o descaso. Fora isso, temos um transporte caro, que não atende a todos e precarizado. A privatização do serviço ainda garante milhões para os barões do transporte público. Temos uma saúde com equipes de saúde da família insuficientes e poucas unidades de complexidade instaladas nos bairros mais pobres.

Por outro lado, temos um governo municipal afastado das comunidades, mantendo as mesmas práticas fisiológicas com a Câmara Municipal, trocando cargos por apoio político. O povo não controla o orçamento municipal e as poucas ações para ampliar nossa participação nas decisões são cerceadas pelos poderes legislativo e executivo. Sempre confirmadas pelo poder judiciário. Os conselhos de educação, saúde, transporte dentre outros, estão esvaziados, sem funções ou sem qualquer poder de influenciar. A verdade é que as decisões da prefeitura não são tomadas no gabinete do prefeito, mas nos jantares e seminários junto com os grandes empresários da cidade. Cada nova obra, programa ou ação está indissoluvelmente submetida às elites econômicas do município. As mesmas que sempre defenderam o atraso político, cultural, econômico e social do povo.

Não faltam exemplos: as medidas de controle ambiental são destruídas em prol da rica indústria imobiliária; as moradias não são construídas para não entrar em choque com a estrutura de concentração patrimonial; as escolas não são reestruturadas em benefício do ensino privado, nem os profissionais de educação são valorizados; os serviços de saúde são concentrados em poucos bairros, a exceção das UPAs, que não possuem estruturas de média e alta complexidade, o que favorece os planos e clínicas privados; os transportes, caros; o

acesso da juventude ao patrimônio cultural e artístico de forma pública, choca-se com os interesses dos grandes capitalistas do setor cultural. Em outras palavras, nessa luta de classes, o governo municipal fica sempre ao lado dos que exploram, dos ricos.

Porém, é possível mudar! Queremos iniciar uma grande transformação em FORTALEZA. Queremos contribuir, ao mesmo tempo, por amplas mudanças no Ceará e no Brasil. Queremos que a prefeitura sirva ao seu povo, não a uma reduzida minoria de capitalistas! Queremos uma cidade viva: com profissionais valorizados; ruas e praças transbordando nossas ricas história e cultura; ações, programas e projetos que elevem a consciência desses quase 2,6 milhões de pessoas para o papel transformador que possuímos. Queremos muito mais do que palavras, queremos uma cidade democrática. Lutamos por isso!

Nesse sentido, a UNIDADE POPULAR, na sua primeira eleição municipal apresenta a candidatura da companheira PAULA COLARES para PREFEITA e do camarada SERLEY LEAL como vice-prefeito com a chapa “POR UMA FORTALEZA POPULAR E SOCIALISTA”. Apresentamos a seguir o nosso programa com a certeza que a única luta que se perde é a que se abandona. Vamos construir um mandato SOCIALISTA na cidade de Fortaleza. O povo da nossa cidade merece muito mais.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FINANÇAS PÚBLICAS

A grave crise econômica que atinge o país há anos vem piorando as condições de trabalho de milhões de pessoas. Com o aumento do desemprego, a informalidade cresceu até 60% no país, levando trabalhadores a exercerem funções em piores condições. Em Fortaleza, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras Domicílios Continua) do IGBE, havia até dezembro de 2019 pelo menos 147 mil pessoas sem emprego e estima-se que pelo menos 50% da população economicamente ativa trabalha sem quaisquer direitos trabalhistas. Os baixos salários pagos na cidade, particularmente nos setores de serviços, comércio e turismo, também influenciaram na migração para a informalidade. Naturalmente, esses setores poderiam agregar a mão-de-obra formalmente, mas a estrutura econômica baseada na superexploração dos trabalhadores reflete nessa realidade.

Embora existam limitações para modificar tal situação, a Prefeitura Municipal pode sim minimizar esse grave quadro. Por um lado, enfrentando decididamente os abusos da elite econômica da cidade, realizando um melhor e mais justo regime tributário. Por outro, estimulando iniciativas como a abertura de frentes de trabalho; o cooperativismo sério; estimulando crédito aos pequenos produtores; organizando a associação dos trabalhadores informais; enfim, criando condições de mais equidade.

É necessário garantir um aumento na arrecadação financeira do Município para ampliar essas ações, na própria área de desenvolvimento econômico como em todas as áreas sociais. Isso só é possível com uma Reforma Tributária Municipal com um sistema mais progressivo, retirando o peso das costas dos mais pobres e aumentando os pagamentos da parcela mais rica. Tal medida terá resistência, mas é absolutamente necessária para acelerar as mudanças.

Nesse sentido, para reduzir a pobreza da cidade de Fortaleza, garantir os direitos aos trabalhadores e reduzir o número de desempregados, propomos uma atuação em duas grandes frentes de ação estratégica: a) garantir um aumento dos recursos à disposição da prefeitura municipal para realização de diversos investimentos; b) criação de empresas municipais para implementação de programas e projetos em várias áreas.

Obviamente, qualquer gasto deve ser realizado dentro dos mais elevados parâmetros de transparência, responsabilidade e prioritariamente nos setores sociais mais vulneráveis. Essa é a mudança que propomos. Precisamos ter uma Prefeitura Municipal

menos dedicada aos interesses dos mais abastados, menos preocupada com os ricos, mais voltada para as zonas pobres de Fortaleza.

Ação estratégica – aumento de receitas

- a) Reajuste 20% do ISS para empresas com faturamento superior a R\$ 10 milhões;
- b) Reajuste de 15% sobre o IPTU para empresas e cidadãos que possuem mais de 5 imóveis na cidade;
- c) Criação de TAXA DA GRANDE PROPRIEDADE (2,5% do valor venal do imóvel) com a criação de um imposto sobre empresas e pessoas físicas que possuem imóvel urbano superior a 0,5ha;
- d) Criação de taxa anual da renda diferencial imobiliária, para imóveis beneficiados na cidade por obras realizadas pelo poder público em qualquer âmbito; taxa de 2% do valor venal nos 2 anos seguintes da obra realizada;

Ação estratégica – empresas municipais

- e) Criação do Banco Municipal de Fomento e Estímulo à Economia Popular;
- f) Criação da Empresa Municipal de Moradia Popular;
- g) Criação da Empresa Municipal de Turismo Sustentável;
- h) Criação do Instituto Municipal de Fomento à Inovação Tecnológica;
- i) Fortalecer a Emlurb (Empresa Municipal de Limpeza Urbana (ampliar sua ação para atuar na tecnologia limpa)
- j) Fortalecer a CTC (Companhia de Transporte da Cidade), reestruturando-a e retornando com linhas na cidade;
- k) Alterar a estrutura da Etufor (Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza), ampliando sua ação no transporte de Fortaleza;
- l) Criação da Empresa de Infraestrutura de Fortaleza;

Ação de projetos e programas

1. Incentivar a criação do Programa Fortaleza do Futuro, com o objetivo de atrair projetos de tecnologia limpa, particularmente criando cooperativas nesse campo;
2. Estabelecer parcerias com as instituições de ensino visando articular investimentos públicos no setor de Tecnologia de Informação;
3. Conceder bolsas integrais ou parciais de estudos, para estudantes egressos do ensino médio da rede pública, com objetivo de incentivar o desenvolvimento de carreiras em cursos de tecnologia;
4. Criar 20 mil frentes de trabalho em diversas ações de infraestrutura na cidade;
5. Criar um centro popular de Tecnologia da Informação, voltado para atender os profissionais desempregados, microempreendedores da cidade que necessitem de amparo;
6. Incentivar a instalação de indústrias de tecnologia limpa e reciclagem;
7. Criar o Observatório de Desenvolvimento e Emprego;
8. Construir um PÓLO confecção, calçados e acessórios, reunindo micro e pequenas empresas;
9. Realizar parceria com a Petrobrás e Cegás para a produção de gás a partir do aterro Jangurussu;
10. Estimular a pesca com a criação do programa municipal da pesca, centralizando ações e ajudando na captação de investimentos;
11. Criar Programa de Capacitação Profissional;
12. Criar Programa Municipal de Cooperativismo com assessoria financeira, advocacia e comercial; estimular com crédito de baixo custo;
13. Unificar as ações cooperativas da cidade;
14. Criar programa de unificação das FEIRAS LIVRES, ajudando os feirantes quanto a compra, crédito para estruturação e manuseio dos alimentos;

15. Criar FEIRA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, reunindo ações em todos os bairros da cidade;
16. Implantar nos terminais de ônibus centrais de comercialização para empreendimentos sustentáveis e solidários;
17. Criar Programa de Incentivo ao Turismo Social;

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social é parte integrante de nossa história, presente em nosso cotidiano e em nossas lutas e reivindicações. Em Fortaleza, como em outras grandes cidades, a Política de Assistência Social é realizada, fundamentalmente, pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

O CRAS é uma unidade pública descentralizada da política de assistência social sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Representa a principal estrutura física local para a proteção social básica, desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. A existência do CRAS está necessariamente vinculada ao funcionamento desse serviço, cofinanciado ou não pelo Governo Federal.

Já os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu território, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares.

Na nossa cidade, os CAPS e CRAS possuem equipes insuficientes, infraestrutura inadequada, poucos recursos para sua manutenção, entre outros problemas. É necessário fortalecer esses importantes instrumentos de implementação dos programas de assistência social, em todos os âmbitos.

Propostas

1- Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social – SUAS com a ampliação do número de famílias inscritas no Cadastro Único para inclusão nos programas sociais do Município e do governo federal, disponibilizando o atendimento do Cadastro Único em todas as Unidades da Assistência Social e criando postos de atendimento nos terminais de ônibus da Cidade;

- 2- Criar mais 5 Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, priorizando as áreas mais pobres da Cidade;
- 3- Reformar todos os CAPS e CRAS da cidade;
- 4- Realizar parcerias com universidades públicas e privadas para realização de projetos sociais nas comunidades mais pobres;
- 5- Realizar capacitações frequentes para as equipes dos CRAS e CAPS;
- 6- Documentação Gratuita, subsidiada pela Prefeitura para os mais vulneráveis na cidade;
- 7- Criar a REDE DOS TRABALHADORES EM SITUAÇÃO de rua, com a estruturação de CASAS ABRIGO em parceria com outras instituições;
- 8- Criar programa de geração de renda para trabalhadores recebedores de Bolsa Família, particularmente as mulheres;
- 9- Realizar projeto de inclusão produtiva para famílias catadoras de materiais recicláveis;
- 10- Projeto de formação, capacitação e inclusão de ex-detentos;
- 11- Ampliar o Programa de Atenção Básica ao Idoso;
- 12- Programa de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis nas comunidades mais pobres;
- 13- Criar nos CAPS comissões de atendimento à Pessoa Idosa vítima de violência;
- 14- Criar Bolsa Assistência especial no valor de R\$ 200 para mães vítimas de violência doméstica;
- 15- Criar Programa de Emprego nos bairros populares, subsidiando as pequenas empresas para jovens pobres das periferias;
- 16- Concurso público para educadores sociais;
- 17- Material adequado de trabalho para os profissionais da área de educação social;
- 18- Desenvolver método de quantificação dos resultados de trabalho;
- 19- Apoio aos educadores sociais do órgão gestor;
- 20- Mais recursos destinados à área de educação social.

EDUCAÇÃO

Educação Infantil e Ensino Fundamental

Fortaleza é a 4ª capital com a maior rede de educação do Brasil e a maior rede municipal do Nordeste. Com 214 mil matriculados entre Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental (Censo Escolar da Educação Básica de 2018 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep), a Capital apresentou crescimento de 16,36% na matrícula em creches, a maior ampliação do Brasil. No entanto, a educação na nossa cidade ainda precisa melhorar bastante em aspectos estruturais a partir do momento que em 2018 houve uma redução de R\$ 9 milhões em relação ao ano de 2017, no que se refere ao investimento em construção, reforma ou ampliação de centros de educação infantil (CEI). Como em sua oferta, pois 7.725 crianças de 1 a 3 anos de idade ficaram sem vagas em creches públicas em 2018.

No que diz respeito à educação infantil, a rede pública municipal dispõe de 186 estabelecimentos de Educação Infantil que ofertam a etapa da Creche (1 a 3 anos de idade), e 187 que ofertam a etapa da Pré-Escola (4 a 5 anos de idade) e com 96 organizações contratadas com o objetivo de gerenciamento de creches e pré-escola conveniadas no município (Censo Escolar). A educação e o cuidado na primeira infância tem sido pauta de grandes discussões frequentes, a Constituição Federal de 1988 assegurou o direito de crianças (0 a 3 anos) ao acesso à creche, estabelecendo o Estado como agente garantidor. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirma o acesso à creche por meninos e meninas de 0 a 3 anos e a Emenda Constitucional nº 53/2006 tornou compulsória a matrícula de crianças a partir dos quatro anos completos.

Considerando que a educação infantil é a base inicial do processo educativo, esta deve ser um ambiente onde a infância possa ser vivida em toda sua plenitude, conforme estabelece a LDB no artigo 29 ao dispor que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Compreendemos assim, que o direito à educação infantil é direito público e subjetivo e uma prerrogativa constitucional indisponível e deve ser garantido por meio de políticas públicas.

Desse modo, o Plano Nacional de Educação (PNE), o qual determina as diretrizes para a política educacional no país por dez anos, estabeleceu, em sua Meta I, que metade das crianças com até três anos de idade deverão ter vaga garantida nas creches até 2024. No entanto, em 2018, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 34,2% (3,5 milhões) de crianças com até três anos de idade estavam matriculadas em creches no Brasil e 6,7 milhões estavam fora delas e ainda destaca que nenhum estado atingiu os 50% em 2018, o que torna o alcance da Meta I do PNE muito longe de ser atingido mesmo em 2024.

No que diz respeito à meta prevista no Plano Municipal de Educação (PME), de acordo com a Secretaria Municipal da Educação (SME), havia em 2017 uma população estimada de 120.588 crianças, na faixa etária de 0 a 3 anos de idade, ou seja, consideradas as crianças já atendidas em 2018, a Prefeitura teria que ampliar a oferta de vagas de forma a atender um total de 60.294 crianças até 2025. Para que as metas e os objetivos traçados pelo plano municipal de educação sejam atingidos dentro dos prazos previstos é necessário que a PMF aumente os investimentos na área da educação infantil, mas ao contrário disso, observamos cortes e falta de investimento no orçamento anual.

É relevante compreender que a criança precisa estar em um ambiente favorável ao seu crescimento e a Educação Infantil permite que a criança não se desenvolva de forma espontânea e o professor se torna assim um elemento importante nesse processo através da ação pedagógica. Portanto é tão substancial que se entenda que o trabalho realizado em sala de aula vai muito mais além do que apenas o cuidar, pois a criança pode sim aprender na educação infantil. Conforme Antunes (2004), esse atendimento deve ser planejado de modo que não se separe a ideia do brincar da ideia do aprender e que proporcione um ambiente propício para descobertas possibilitando à criança construir seu próprio conhecimento.

Para tanto se faz necessário uma maior valorização da educação infantil com o desenvolvimento de creches e pré-escolas com estrutura adequada para que de fato os profissionais possam desenvolver um trabalho pautado nos parâmetros nacionais curriculares e norteado pela LDB, que, por exemplo, prevê no seu artigo 4º, VIII, *o atendimento educacional às crianças por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde*. É importante destacar que os ambientes de creche e pré-escola devem contar com mobiliário, brinquedos e outros materiais pedagógicos adequados a essa etapa do ensino, mas o que na realidade observamos é a falta de materiais

básicos para o desempenho dessa importante tarefa que é ser professora ou professor na educação infantil, sendo na maioria das vezes custeados pelas próprias professoras. E ainda nos deparamos com a ausência de espaços adequados com parquinhos, salas de aulas dentro dos padrões de orientação para a educação infantil com banheiros na sala ou minimamente adaptados para crianças.

Outro problema constante é a falta da presença de uma “assistente” em sala de aula, fazendo com que uma única professora se torne responsável por cerca de 25 crianças. O que coloca em risco não só o desenvolvimento das crianças como a sua integridade física e ainda expõe os profissionais a uma condição de trabalho cruel e estafante.

Muito mais do que a ampliação da oferta precisamos garantir a estrutura adequada e profissionais para a educação infantil a partir de uma perspectiva de respeito às crianças, ao seu desenvolvimento e que garanta o cuidado e o seu bem estar físico e com a sua saúde. Nesse sentido, defendemos que a educação infantil siga as orientações dentro das características dos direitos humanos pautados para a mesma:

1. Disponibilidade: significa que o Poder Público deve assegurar creches e a pré-escolas gratuitas à disposição para toda a população;

2. Acessibilidade: envolve três elementos a) a garantia da não discriminação; b) o direito do estudante de frequentar e permanecer na creche e na pré-escola (por exemplo, centro de educação infantil mais próximo da residência da criança e com boas condições de funcionamento); c) a garantia da acessibilidade econômica, ou seja, a garantia da educação infantil pública e gratuita;

3. Aceitabilidade: está relacionada diretamente à garantia do padrão de qualidade da educação infantil (profissionais qualificados, brinquedos e materiais pedagógicos adequados, boa infraestrutura do prédio escolar, dentre outros);

4. Adaptabilidade: significa a característica necessária para o respeito à cultura, às realidades sociais, às diferenças dos grupos de estudantes. A educação, portanto, deve se adaptar para o atendimento das necessidades e dos contextos locais específicos. (*Cartilha Direito Humano à Educação - Ação Educativa e Plataforma Dhesca Brasil, 2009, p.13-14*).

O ensino fundamental corresponde à segunda etapa da educação básica. Seu objetivo é propiciar ao estudante o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, além de auxiliar

na compreensão do ambiente social, político, das artes e dos valores básicos da sociedade. Em 2006, o ensino fundamental passou de oito para nove anos a fim de aumentar o tempo das crianças na instituição escolar. A Lei nº 11.274/06 regulamentou que o ensino fundamental passaria a ter duração de nove anos, fazendo com que crianças de seis anos, até então na educação infantil, passassem a ser atendidas no primeiro ano do ensino fundamental. Dessa forma, a matrícula no ensino fundamental é obrigatória para crianças entre 6 a 14 anos e a sua responsabilidade é das famílias e dos responsáveis, e as vagas devem ser garantidas pelo Estado.

Na rede municipal de educação de Fortaleza o Ensino Fundamental consiste em nove anos de ensino básico subsequentes ao período da Educação Infantil, dividido em dois ciclos, anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano), atendendo a crianças e jovens com idade entre 6 e 14 anos. Aproximadamente 142.630 alunos, distribuídos em 5.384 turmas em 289 escolas, cursam de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental na rede municipal de ensino. A educação em tempo integral, conta com apenas 27 unidades (ETIs) e com o programa de ampliação da jornada escolar no restante das instituições. Essa realidade torna a ampliação da educação em tempo integral um dos nossos principais objetivos através da ampliação da rede integral e a promoção de espaços e projetos para que as crianças e os adolescentes desenvolvam atividades no contra turno, como por exemplo, a construção da Rede *Cuquinha* (equipamentos culturais, esportivos e de lazer com a mesma rede de serviços oferecidos pelo CUCA, mas em menor porte para ser implementado em cada bairro de Fortaleza).

Em 2018, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação, 947 estudantes abandonaram a escola e 508 em 2019, sendo 144 deles entre o 1º e o 5º ano e 364 do 6º ao 9º ano. O que demonstra ainda uma grande evasão escolar principalmente em uma faixa etária crucial para que a criança e o adolescente estejam na escola. Acreditamos que a ampliação das Escolas Municipais de Tempo Integral (ETIs) ajudaria com a diminuição das evasões, mas é importante salientar que se trata de fato de educação integral e não apenas de atividades no contra turno com apenas algumas horas de duração, mas que a criança de fato fique os dois turnos na escola e que a mesma disponha no mínimo de refeitório e alojamento para que verdadeiramente possa cumprir com seu papel de uma ETI.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) traz em seu texto a incumbência de criação de diretrizes que nortearão os currículos da Educação Básica e, a Resolução n. 4/2010 do Conselho Nacional de Educação aprovou as diretrizes gerais para a Educação

Básica e posteriormente as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN). As DCNEF têm como fundamentos o direito à educação e a oferta de uma educação com qualidade social, como princípios norteadores, os princípios éticos, políticos e estéticos, o seu público são as múltiplas infâncias e a adolescência.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC é um conjunto de orientações que deverão nortear os currículos das escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todo o Brasil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs são diretrizes separadas por disciplinas, elaboradas pelo governo federal e não obrigatórias por lei. Orientam as discussões pedagógicas internas às escolas, a produção de livros e outros materiais didáticos e a avaliação do sistema de educação.

A educação é um direito fundamental de todos, por meio do ensino e da aprendizagem promove o desenvolvimento humano e sua capacidade intelectual não se limitando apenas à instrução ou à transmissão de conhecimento, mas deve buscar o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico. Infelizmente, essa não é a realidade que muitas vezes encontramos em nossas escolas. Construir espaços democráticos com respeito às crianças, garantindo a participação da comunidade e o envolvimento dos familiares é algo fundamental, mas extremamente desafiador, frente à realidade do nosso público e, principalmente, o modelo educacional implementado ao longo dos anos.

É importante destacar ainda a necessidade da garantia de uma educação inclusiva em nossas escolas. A Constituição Federal de 1988, no artigo 208, afirma que é dever do Estado assegurar atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. E o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069 de 1990, reafirma a garantia do acesso de crianças e adolescentes com deficiência ao ensino regular. Já no que tange aos aspectos formativos, a LDB de 1996, trata em seu texto acerca da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender as necessidades e as demandas das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Infelizmente, a formação docente no que diz respeito ao atendimento educacional especializado (AEE) ainda é insuficiente, tendo em vista que a maioria das escolas possuem apenas um (a) profissional especializado (a) em AEE para atender várias crianças e orientar praticamente todos (as) professores (as). Outro aspecto que merece destaque é a precária

infraestrutura das instituições de ensino, que raramente são de fato acessíveis para os (as) educandos (as) e demais membros da comunidade escolar que possuem algum tipo de deficiência ou limitação física.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), no texto da Resolução CNE/CEB Nº 2, define Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Considera que o atendimento escolar dos alunos com deficiência deve ter início ainda na Educação Infantil. Dentre as suas principais determinações, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma Educação de qualidade para todos”.

No que se refere a avaliação a Educação Básica, mais especificamente, a Alfabetização, são avaliadas periodicamente por órgãos dos governos Estadual e Federal. As avaliações aplicadas são a Prova Brasil que é um instrumento de captação de dados para a construção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e constitui uma avaliação que contempla as disciplinas de Português e Matemática. E o Spaece (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará), uma avaliação estadual que abrange as escolas públicas das redes estadual e municipais do Ceará. Avaliando os alunos da Educação Básica, especificamente dos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental com itens elaborados pelos professores da Rede Pública, tendo como orientação os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (MEC) e os Referenciais Curriculares Básicos da Secretaria da Educação do Estado (Seduc).

Importante ressaltarmos que o Spaece tem sido alvo de críticas por parte de uma parcela considerável de professores e professoras da rede municipal, por, muitas vezes, tornar-se um “teste” que não representa de fato o nível de aprendizado das crianças, mas acaba representando qual escola “treinou” melhor seus alunos para responder as avaliações. Acreditamos que avaliação é fundamental, mas ela precisa ser diagnóstica da situação das escolas e não servir como maquiagem para os problemas, ou uma geradora de estatísticas de desempenho. Ao mesmo tempo que se torna extremamente complicado avaliar o aprendizado sem levar em consideração a falta de estrutura das escolas, de material e equipamentos para que de fato o ensino de desenvolva e a aprendizagem aconteça.

A situação dos/as temporários/as e a valorização da categoria

A valorização da educação no nosso município perpassa pela valorização dos seus profissionais, a manutenção do piso nacional do professores e professoras como a lei do 1/3 é algo fundamental, mas que não é assegurado se não estivermos sempre em alerta, ou como costumamos ver, não é respeitado pela prefeitura.

A situação dos temporários ainda é mais alarmante, além de não termos os nossos direitos regidos pela CLT, o regime de trabalho através do contrato temporário é algo que gera uma situação de desconforto e uma grande instabilidade financeira e emocional, a partir do momento em que não sabemos se iremos trabalhar por todo o mês. Além da rotatividade em várias turmas diferentes, porque na maioria das vezes estamos cumprindo apenas o tempo de uma licença de um efetivo, o que impossibilita que desempenhemos o nosso trabalho com qualidade, pois quando estamos criando uma referência pedagógica e afetiva com a turma, encerra-se o contrato. Mas sabemos que a demanda de professores existe, o que falta é coragem e vontade política de fazer concurso para efetivo ou efetivar os temporários com mais de dois anos na rede o que defendemos como uma das nossas principais propostas.

Propostas

1. Construção de mais creches a partir de um levantamento dos bairros e comunidades com maior necessidade de novos CEI's para que as mães e crianças não precisem andar por horas para ter acesso às escolas;
2. Escolas e CEI's adequados para a realidade das crianças;
3. Distribuição de lençóis e toalhas (2 peças de cada item) para as crianças dos CEI's de tempo integral em tempo hábil.
4. Distribuição do material escolar no início do ano letivo (mochilas, agendas, 2 fardas para cada aluno (infantil e fundamental);
5. Prestação de contas com o dinheiro investido na compra do material e fardamento dos alunos;
6. Criação de kit para cada professor de toda rede pública (material usado no dia a dia);
7. Manutenção de toda mobília das escolas e CEI's, incluindo bebedouros que, em sua maioria, estão em péssimo estado;

8. Garantir a fiscalização de todas as unidades escolares ao fim de cada ano letivo com inspeção das instalações elétricas e dos prédios;
9. Garantir que as salas de aula sejam arejadas e que comportem a quantidade de alunos de acordo com o espaço físico;
10. Garantir que as salas das CEI'S estejam dentro das orientações dos parâmetros nacionais para a educação infantil;
11. Material para realização das atividades lúdicas na educação infantil;
12. ETI'S com quadra de esportes, refeitórios e dormitórios;
13. Retorno das salas de informática;
14. Garantia de professores de educação física no fundamental I;
15. Construção de quadras para garantir atividades recreativas e esportivas;
16. Adaptação dos CEI's para atender crianças com deficiência;
17. Contratação de mais cuidadores para crianças com deficiência;
18. Formação para Professores do ensino fundamental, educação infantil e assistentes da educação infantil para melhor atender crianças com deficiência;
19. Salas do AEE devidamente equipadas para o atendimento de crianças e adolescentes com deficiência;
20. Estacionamento para os funcionários da escola;
21. Garantir vigilante para os 3 turnos nas escolas e CEI';
22. Material de limpeza de qualidade;
23. Campanha contra o assédio moral;
24. Projetos sociais que envolvam escola/comunidade para conscientização;
25. Construção de mais ETI's e CEI's em tempo integral;
26. Realização de Concurso para professor(a) efetivo a cada dois anos;

27. Efetivação dos professores temporários com mais de dois anos na rede de educação;
28. Realização de concurso para assistentes de educação infantil;
29. Parceria com os centros de educação das Universidades – UFC e UECE;
30. Continuidade das formações;
31. Readequação de toda rede municipal para o enfrentamento da Covid-19;

Educação de jovens e adultos

A educação de jovens e adultos historicamente tem sido secundarizada no sistema de educação dos Estados em nosso país. Em Fortaleza, de acordo com dados da Prefeitura atualmente são [84 polos](#) de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atendem cerca de 13 mil alunos, desses cerca de 400 com mais de 60 e 5.300 com a faixa etária entre 30 e 59 anos. Nosso povo pobre, muitas vezes, acaba tendo que sair da modalidade de ensino regular, por questões diversas, como a necessidade de procurar um emprego para ajudar nas despesas da família, a gravidez precoce, que acaba afastando as jovens mulheres do espaço de formação escolar, os problemas graves de saúde, pelos quais nossa população é acometida, e, nos dias de hoje, a própria violência urbana tem sido uma variável importante na evasão de nossos jovens da escola, pois suas vidas estão em risco nesta conjuntura social.

Pereira e Brito (2014) apontam que a desarticulação entre as instâncias responsáveis pela EJA dificulta bastante a efetivação da realização desse direito, que é garantido pela LDB – Lei nº 9394/96. Além de constatarem que o aporte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), reservado para essa modalidade de ensino, não é utilizado em sua totalidade, demonstrando o desinteresse por parte das gestões públicas no âmbito da educação básica a EJA e seu público, marginalizado também pela instituição escola.

Ainda segundo as autoras, o perfil dos discentes da EJA é de jovens e adultos pobres, trabalhadores, pouco escolarizados e não alfabetizados, muitos idosos também procuram a EJA, na maioria das vezes, motivados pelo desejo de aprender a ler e escrever. Já os profissionais lotados nessa modalidade de ensino são, em sua maioria, considerados

semiquualificados, por não serem especializados em EJA, e sua condição de contratação é extremamente precarizada no município, através, muitas vezes, de contratos temporários.

A dinâmica escolar para a EJA apresenta-se diferente daquela da modalidade regular, primeiro porque está inserida no turno noturno, quando as escolas estão com menos funcionários e os espaços multidisciplinares como bibliotecas, laboratórios e refeitórios estão fechados. É importante destacar que a grande maioria das escolas que oferecem esta modalidade de ensino encontram-se nas periferias. Segundo, a maior parte dos discentes trabalham o dia inteiro, e à noite chegam às escolas já cansados, por isso, é necessário que melhores condições de ingresso e permanência desse público sejam constituídas pelo governo.

Nos últimos anos, esta modalidade de ensino tem sido menos ofertada em Fortaleza, a evasão e o abandono são apontados como a causa disso, porém entendemos que o currículo e as metodologias pedagógicas desestimulam os discentes, que, diferente daqueles da modalidade regular, precisam de outros incentivos para continuar seus estudos. Uma questão que merece ser apontada é o problema da “infantilização”, tanto por parte dos (as) docentes quanto dos (as) gestores (as), das atividades ofertadas na EJA. É necessário conhecer as demandas da comunidade escolar em geral e dos (as) educandos (as) atendidos por essa modalidade, reconhecendo que estes (as) têm experiências de vida que precisam ser valorizadas e legitimadas no processo de ensino-aprendizagem.

Propostas

1. Formação específica e de qualidade aos profissionais que atuam na EJA.
2. Concurso público para professores formados em EJA.
3. Oferta de modalidade semipresencial como opção para os discentes que têm dificuldade em estar nas aulas todos os dias da semana.
4. Mudança no currículo e na avaliação com foco na diversidade sociocultural do público da EJA.
5. Bolsa de estudos para subsidiar transporte, alimentação, materiais de estudos e demais necessidades dos discentes.
6. Adoção da metodologia da Aprendizagem Cooperativa e Solidária como proposta de educação para a EJA.

7. Adequação da estrutura física das escolas para o trabalho com a EJA.
8. Transporte escolar aos discentes que precisarem voltar para casa com mais segurança, devido à insegurança das ruas no turno da noite, em especial, as discentes mulheres.
9. Creche nas escolas, para as estudantes mães.
10. Inserção dos movimentos sociais presentes nas comunidades com projetos inseridos no currículo escolar, com aprendizagens significativas para a vida e a realidade dos sujeitos em seus espaços sociais.

Saúde mental dos professores

Com o avanço do capitalismo, também nas relações em nível de Estado, a categoria docente em nosso país tem sido uma das primeiras mais fortemente atingidas pelo adoecimento mental. Além disso, ao se levar em conta apenas a perspectiva biológica do conceito saúde-doença gera-se uma subnotificação dos casos e em consequência da busca pelo tratamento adequado a essa problemática.

Os profissionais da educação têm apresentado, cada dia mais, queixas de estresse, ansiedade, depressão, fadiga do trabalho e esgotamento físico e mental advindos do excesso de atividades que a profissão lhes impõe. A realidade do sistema de educação público em nossa cidade é preocupante e adoecedora a toda a comunidade escolar, contudo, há um estigma social pesando em cima dos docentes, que são historicamente responsabilizados diretamente pelo fracasso da instituição escola, especialmente, no âmbito público e nos níveis básicos da educação.

Para Marques e Firkowski (2013), as condições de trabalho as quais o professor está submetido desgastam a sua capacidade laboral tanto física (uso da voz, trabalhar em local inadequado) quanto psíquica (pressão com prazos a cumprir, desqualificação do trabalho), e em contrapartida, esta categoria também não consegue fazer o processo de reprodução, ou seja, manutenção da sua força de trabalho, com atividades de descanso e lazer, pois além de encontrar em casa mais trabalho, como a lida doméstica e familiar, é uma prática em nosso país, os docentes levarem trabalho da escola para concluírem em casa (como correção de provas, elaboração de aulas entre outros).

A Organização Internacional do Trabalho (OTI) reconhece a profissão docente como importante para a reprodução de novos profissional ao mercado capitalista, contudo, o que se apresenta a esta categoria é, cada dia mais, a retirada de seus direitos trabalhistas, o arrocho salarial, altas jornadas de trabalho, a imposição de relações de trabalho cada vez mais hierárquicas, o não apoio por parte dos Estados na formação continuada, através da recusa de afastamento remunerado aos professores que investem em pós-graduação e pesquisa. O quadro apresentado tem apontado um desejo de abandono da profissão por parte desses profissionais, além do desestímulo com a prática pedagógica dentro das escolas. O que, entre tantos fatores também relevantes, interfere diretamente na dinâmica de toda a comunidade escolar.

Por isso, é necessário que o Estado intervenha profunda e efetivamente nessa situação. É responsabilidade do Estado, como empregador desses profissionais, garantir melhores condições de trabalho e saúde ao grupo, priorizando também o tratamento àqueles que se encontram em processo de adoecimento, e a prevenção aos demais docentes.

Propostas

1. Garantir na carga horária de trabalho tempo para os docentes realizarem acompanhamento psicológico, através do IPM, para todos os professores da rede que solicitarem esse recurso.
2. Aumento salarial e valorização da categoria garantindo apoio e afastamento remunerado em caso de licença saúde ou para formação continuada.
3. Ampliação do tempo de planejamento escolar na carga horária do docente.
4. Promoção de ações permanentes educativas na escola a respeito de saúde mental para toda a comunidade escolar.
5. Garantir profissionais de psicologia nas escolas da rede.

Referências

MARQUES, Lara Bolleta e FIRKOWSKI, Nicole de Freitas. **Saúde do docente: fatores que levam ao adoecimento mental da categoria no Brasil**. 2013. VII jornada de sociologia da saúde/ Saúde como objeto do conhecimento: história e cultura ISSN: 1982-5544 Curitiba-PR. Disponível em:

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/sociologiasaude/files/2013/12/SA%C3%9ADE-DO-DOCENTE.pdf>

PEREIRA, Sônia e BRITO, Célia Maria Machado de. **As práticas pedagógicas no processo de escolarização de jovens e adultos em Fortaleza e os desafios para a efetivação do direito à educação**, *in* Didática e Prática de Ensino na relação com a Formação de Professores. EdUece. Livro 2. E-book. <http://www.uece.br/endipe2014/>

PROMOÇÃO DA SAÚDE

O marco inicial do movimento que visa à Promoção da Saúde, segundo Farinatti e Ferreira (2006), foi a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde, realizada em 1978 na cidade de Alma-Ata, ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). O encontro de Alma-Ata contou com a participação de 134 países, de 67 organizações das Nações Unidas, de instituições e organizações não-governamentais.

Em 1947, a Organização Mundial da Saúde (OMS), fruto de um debate entre os profissionais e pesquisadores das áreas afins, traz uma perspectiva mais social e integral sobre saúde, quando diz que “a saúde traduz um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não consistindo apenas na ausência de doenças ou enfermidades”. Dessa forma, as Resoluções de Alma-Ata consolidam debates e práticas que surgiram ao longo dos anos, visto o fato das ações praticadas antes da conferência no que se refere à saúde não obtiverem resultados positivos.

Foi para compreender os investimentos realizados pelos governos e seus índices na melhoria da saúde, que o então ministro canadense Lalonde, na década de 1970, investigou o processo saúde e doença, concluindo que a influência dos estilos de vida e do ambiente eram responsáveis por 80% das causas de doenças. (HAESER; BÜCHELE; BRZOZOWSKI, 2012). De acordo com Carvalho (2004), a partir desse estudo, em 1974, surgiu o Relatório Lalonde, com propostas de algumas dimensões que deveriam ser levadas em consideração para o setor saúde (natural e social; estilo de vida individual; genético-biológico e os serviços de saúde). Ou seja, uma “relação entre doenças e condições sociais” deve ser analisada na promoção de políticas públicas (HAESER; BÜCHELE; BRZOZOWSKI, 2012). Em 1978, em Alma-Ata, chega-se a um consenso que a saúde é um direito integrante de vários setores da sociedade, portanto, intersetorial, e não apenas ligada aos órgãos de saúde (HAESER; BÜCHELE; BRZOZOWSKI, 2012).

De Alma-Ata saíram os princípios considerados mais modernos, naquele instante, sobre promoção da saúde, tendo sido base para a formulação das diretrizes da Saúde para Todos até o ano 2000 e outros documentos importantes vinculados à OMS. Farinatti e Ferreira (2006) consideram como reafirmação definitiva dos princípios de Alma-Ata, o documento intitulado *Health promotion: a discussion document of the concept and principles*, de 1984, da OMS, sendo: a) a promoção da saúde deve considerar o conjunto da população, e

não apenas os grupos definidos como de risco; b) assegurar que o ambiente que nos cerca possa favorecer a saúde; c) participação comunitária na aquisição, individual e coletiva, de hábitos de vida; d) variedade de estratégias e meios, como a comunicação, educação, legislação, disposições fiscais, estruturas organizacionais, desenvolvimento comunitário e atividades espontâneas locais; e) os profissionais devem familiarizar-se com autonomia e capacitação individual e coletiva.

Dentro desse princípios elencados, podemos destacar que a escola é um potencial espaço promotor de saúde, sendo também uma forma de aproximação e inserção da comunidade ao seu entorno em campanhas de mobilização social e conscientização sobre saúde.

Em 1986, em Ottawa, no Canadá, durante a I Conferência Internacional de Promoção da Saúde, é lançada a Carta de Ottawa. Para Tavares (2011, p. 1865), a Carta de Ottawa, em referência à promoção da saúde, “enfoca a sua inserção no escopo das ciências sociais, como campo ainda em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que busca iluminar seu entendimento como um novo paradigma em saúde”.

Carvalho (2004, p. 1089) expõe mais alguns fatores considerados relevantes por Ottawa, como “justiça social, a equidade, a educação, o saneamento, a paz, a habitação, o salário digno, a estabilidade do ecossistema e a sustentabilidade dos recursos naturais são pré-requisitos essenciais à saúde da população”.

No desenvolvimento do programa da UP, aproxima-nos a definição de Promoção da Saúde, ou Nova Promoção da Saúde como um meio de se contribuir para mudanças sociais e na relação entre cidadãos e Estado e, além disso, como uma forma de deslocar a ênfase na medicalização do sistema de saúde para o enfoque em políticas públicas e ações multissetoriais. Nesse sentido, a participação social e o empowerment são apontados como elementos-chave, condenando estratégias que culpabilizam o indivíduo por sua condição de saúde e que se limitam a prescrever comportamentos independentemente dos condicionantes sociais, econômicos e culturais e em detrimento de seu enfrentamento. (FERREIRA; CASTIEL; CARDOSO, 2011, p. 866).

A Nova Promoção da Saúde é uma crítica ao modelo desenvolvido a partir de 1970, considerado comportamentalista (CARVALHO, 2004), pois assumia a necessidade de transformações nos comportamentos individuais e estilos de vida, sem levar em consideração

os fatores que possam estar fora do controle dos indivíduos (HAESER; BÜCHELE; BRZOZOWSKI, 2012).

A tendência da Nova Promoção da Saúde advoga que o ambiente social, econômico, cultural, ou seja, os condicionantes sociais que possam estar ou não sob o domínio dos sujeitos e comunidades, deveriam ser ressaltados e determinantes na ideia de promoção da saúde (FERREIRA; CASTIEL; CARDOSO, 2011; HAESER; BÜCHELE; BRZOZOWSKI, 2012).

É preciso entender e analisar bem os condicionantes sociais que têm relação com a saúde (urbanização, saneamento, transporte, acesso aos bens culturais e situação econômica), assim como os modelos de estruturação das práticas de atividades físicas. Agindo de tal maneira, evita-se que o sujeito seja o único culpado por sua condição de saúde, ou seja, transferir uma questão social para uma responsabilidade individual.

Democracia, acesso às informações, capacitação individual e coletiva, formulação de políticas públicas e cidadania são alguns elementos que também são apresentados pela proposta de Nova Promoção da Saúde, que se aglutinam em torno do sentido de empoderamento.

O “empowerment” é, nas palavras de Carvalho (2004), “um conceito complexo que toma emprestado noções de distintos campos de conhecimento. É uma ideia que tem raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da “ação social” presentes nas sociedades dos países desenvolvidos”. Na elaboração da proposta de promoção da saúde, o termo “empoderamento” foi constituído como um eixo central que vislumbra a participação ativa do sujeito (CARVALHO, 2004). Dessa forma, o homem passa de um simples espectador e irá cumprir um papel muito mais atuante, menos comodista e construtor de sugestões para as atividades, politizando-se e tornando-se um indivíduo mais crítico e mobilizador (BYDLOWSKI; LEFEVRE; PEREIRA, 2011).

Carvalho (2004) aponta a existência de duas noções de “empoderamento”. A primeira é a psicológica, caracterizada pelo fortalecimento de autoestima, capacidade de adaptação, autoajuda e solidariedade. A outra é o “empoderamento” comunitário, onde as pessoas se engajam em lutas para que melhores condições estruturais surjam. Através do empoderamento das atitudes e ações, fortalece-se a cidadania, dando espaço para o

protagonismo do homem e da mulher nessa construção social da relação saúde/doença e em busca de autonomia.

A autonomia é, segundo Haeser, Büchele e Brzozowsky (2012) outra categoria central no ideário da Promoção da Saúde. Os mesmos autores conceituam autonomia como liberdade, independência moral e intelectual, abrindo espaços para que o homem escolha leis que possam reger sua conduta. Lima, Malacarne e Strieder (2012) afirmam que a autonomia forma pessoas que são resistentes às influências negativas.

Haeser, Büchele e Brzozowsky (2012) confirmam que a autonomia necessita de alguns elementos para se constituir, como conhecimento popular e participação social, e, quando a partir das ações de promoção da saúde, ampliam-se o controle dos indivíduos sobre os determinantes da saúde, ampliam-se, em conjunto, a autonomia do sujeito e das coletividades.

No que diz respeito à promoção da saúde e a reorientação das ações e práticas profissionais, Brasil (2007) destaca que a orientação predominante ainda está alheia ao debate crítico que vem acontecendo na área da saúde nos últimos 30 anos. Os currículos de formação profissional são defasados e as metodologias de ensino ainda estão fortemente marcadas pelo tradicionalismo na transmissão de conhecimentos, com enfoque excessivo numa especialização dependente de alta tecnologia.

A abordagem interdisciplinar e o trabalho em equipes multiprofissionais, raramente são explorados pelas instituições formadoras na graduação, o que se reproduz nas equipes de saúde, resultando na ação isolada de cada profissional e na sobreposição das ações de cuidado e sua fragmentação. (BRASIL, 2007, pg. 8).

Brasil (2007) sugere como propostas de uma nova orientação nas ações profissionais dos setores ligados à saúde que, primeiramente, estabeleça-se uma maior cooperação entre os gestores do Sistema único de Saúde (SUS) e as escolas, com a participação da medicina, enfermagem e odontologia e outras áreas ligadas à saúde, através do desenvolvimento de orientações teóricas dos determinantes de saúde e doença; prática da pesquisa ajustada à realidade local; educação permanente em saúde; integração entre o serviço e o ensino; análise crítica dos serviços e aprendizagem ativa.

Portanto, necessita-se de um espaço para que as informações possam ser ressignificadas, práticas elaboradas e o exercício da democracia e da participação social efetivados, não excluindo as responsabilidades individuais, mas também não as colocando como a determinante.

Referências

FARINATTI, P.T.V; FERREIRA, M.S. **Saúde, promoção da saúde e educação física: conceitos, princípios e aplicações.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

HAESER, L.M; BÜCHELE, F.; BRZOWSKI, F.S. Considerações sobre a autonomia e a promoção da saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 605-620, 2012.

CARVALHO, S.R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1088-1095, julho, 2004.

TAVARES, M.F.L. Promoção da Saúde: a construção social de um conceito em perspectiva comparada. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.27, n.9, p.1864-1867, set. 2011.

LIMA, D.F.; MALACARNE, V.; STRIEDER, D.M. O papel da escola na promoção da saúde- uma mediação necessária. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, n. 28, p. 191-206, maio-agosto, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde-Pró-Saúde: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial, Brasília, 2007

Propostas

1. Criar a coordenadoria de promoção da saúde na gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.
2. Fim das parcerias-público-privadas com planos de saúde.
3. Em conjunto com a Secretaria de Educação, articular criação de projetos permanentes, transversais, nas escolas da rede sobre promoção da saúde.

4. Fortalecer os Conselhos de Saúde, compostos por representações de associações de bairros, movimentos populares, movimentos sociais, entidades estudantis, sindicatos, por regional de Fortaleza, para debater e encaminhar ações sobre saúde, em especial nas campanhas preventivas e atendimento primário. Cada conselho se encarregará de criar núcleos por bairros.
5. Reforma e ampliação dos equipamentos de saúde da PMF.
6. Construir e equipar o Hospital do Idoso, com equipes multiprofissionais para o atendimento específico desse segmento social.
7. Reestruturar e ampliar rede de atendimento psicossocial (CAPES), para que até o fim de 2021, haja um Capes por bairro.
8. Fortalecer campanhas de vacinação nas escolas, com meta de vacinar todo o público escolar.
9. Ampliar a rede de saúde da família, com equipes com suporte profissional e insumos para atender, principalmente, famílias com histórico de diabetes, hipertensão arterial e cardiopatias.
10. Ter meta de testar a população de Fortaleza, iniciando pelos bairros mais pobres, para a COVID-19, para que tal mecanismo favoreça no controle e elaboração de estratégias para o enfrentamento à pandemia.
11. Ampliação das equipes de atenção básica e saúde da família
12. Ampliação da rede de saúde mental (Caps)
13. Concurso público
14. Combate à precarização dos trabalhadores da saúde
15. Ampliação da rede de distribuição de medicamentos
16. Ampliação da rede de esgotamento sanitário
17. Reforma e ampliação da rede hospitalar do município
18. Aumento da oferta de leitos credenciados ao SUS

19. Fortalecimento dos conselhos locais e do Conselho Municipal de Saúde

20. Educação continuada para os profissionais

21. Fomentar a participação das Universidades

DIREITO À CIDADE

O Programa de governo “da Unidade Popular pelo Socialismo – UP tem como seu lema: **“Por uma Fortaleza para o povo”**, pois reúne um conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas coletivamente por várias cidadãs e cidadãos de vários bairros populares de Fortaleza que se dedicam cotidianamente a lutar por uma cidade com justiça social, solidária e diversa. Ouvimos, debatemos e construímos esse programa respondendo a realidade das pessoas que tiveram suas vozes ouvidas e aqui apresentadas. Essas propostas são para termos uma cidade que atenda a maioria dos fortalezenses, elas não acabam por aqui, ainda está em construção, é um processo permanente, pois em cada bairro, em cada favela, em conversa com um trabalhador, mulher, jovem e lgbt se soma no desejo de termos uma cidade que atenda às necessidades para aqueles que são a maioria.

Queremos elaborar ações e propostas de governo que tenha o objetivo de superar o atual modelo de cidade que temos hoje, desigual e excludente, que investe principalmente nos bairros da elite e abandona os bairros pobres e populares. Não queremos uma cidade que tenha dois lados, a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. Uma cidade baseada na destruição ambiental, na desigualdade social, na concentração de riqueza, na violência do estado, no racismo, no machismo, na transfobia e no neocoronelismo.

O presente documento apresenta uma plataforma de análise, ações, eixos, com propostas às políticas públicas, sociais e econômicas para a nossa cidade, garantindo a ampla participação popular, promovendo a justiça social que defende em primeiro lugar, aqueles que são explorados e oprimidos em detrimento de sua classe, gênero, raça, idade, sexualidade, religião e orientação sexual da nossa cidade.

Queremos uma cidade que o povo possa comandar. Queremos que a dona de casa, o camelô, o pescador, o jovem, a professora, a trabalhadora doméstica, o trabalhador da construção civil, a jornalista, o médico, o artista, entre tantos outros e outras profissionais importantes na construção diária dessa cidade, possam ser ouvidos e respeitados pelos

governantes, ou melhor, que eles sejam também esses governantes. Cuidar da cidade para nós, tem que ser para aqueles/as quem mais sofrem com as desigualdades sociais implementadas há anos em nossa sociedade. Chegou a hora do povo comandar a nossa cidade!

Fortaleza é uma cidade linda, rica e cresceu muito nos últimos anos. Tudo isso, agregado à beleza natural de suas 15 praias, contribuiu para que ela se transformasse em um dos principais destinos turísticos do Brasil. Contudo, as questões relacionadas à cidade ganharam ainda mais importância, seja pelas grandes obras urbanísticas, pela especulação imobiliária, pelo aumento da violência urbana ou pelas grandes manifestações e atos contra as medidas dos governos para favorecer o grande capital. Esse programa não é apenas meras propostas, ele fala do futuro melhor para milhares de pessoas, famílias e trabalhadores/as que vivem em bairros populares, subúrbios, condomínios e favelas.

Nossa cidade já existe 294 anos e atualmente possui uma população em torno de 2.452.185 pessoas. É a capital do estado do Ceará e a quinta do Brasil com mais habitantes. Fortaleza teve o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita (por habitante) entre as capitais nordestinas, com o total de R\$ 56,7 bilhões, isso representa que Fortaleza concentra 45% do PIB de todo o estado segundo dados foram pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mas todos esses avanços, na realidade transformou nossa cidade num balcão de negócios, seja para banqueiros, empresários ou empreiteiras, para as empresas de ônibus, para a especulação imobiliária e hoteleira. Isso faz com que a administração municipal trate Fortaleza como uma mercadoria, onde todo o seu planejamento municipal é submetido aos interesses de um pequeno grupo de corporações ou poucas famílias lucrarem cada vez mais. Mas porque existe tamanha desigualdade de renda?

Notamos isso quando percorremos pelas ruas de nossa cidade, o espaço urbano acaba sendo uma arena de oportunidades de negócios, onde o lucro está acima do bem-estar da maioria da população. Com isso o direito à cidade é negado para a maior parte dos fortalezenses. E isso se reflete nos indicadores sociais. A desigualdade de renda continua marcante em Fortaleza, isso significa que os ricos estão mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra a cidade como a nona cidade com maior desigualdade de acesso a emprego.

Os dados apontam que, em Fortaleza, o número de empregos acessíveis pelos 10% mais ricos da população é mais do que três vezes maior que o número de empregos acessíveis por todos dos 40% mais pobres. Além disso, cerca de 16% da população de Fortaleza mora em favelas. As frequentes secas e o decorrente êxodo rural do interior do estado do Ceará agravam o problema da favelização. A capital é a principal contribuinte do total de 533 favelas existentes no estado, que está na sétima colocação nacional nesse índice.

As "áreas de risco", que são locais propensos a sofrerem alagamentos, inundações e outras situações críticas existiam em Fortaleza, sendo 89 áreas nessa categoria. Nossa cidade possui 314.930 km² de área total e está dividida administrativamente em sete Secretarias Executivas Regionais, que vão de I a VI mais a Regional do Centro (Sercefor). Essas regionais abrigam atualmente 119 bairros. As regionais são importantes para o desenvolvimento social e econômico de várias regiões, porém o orçamento de cada regional possui não condiz com a realidade de cada bairro.

Em todas as regiões da cidade têm pelo menos um conjunto de famílias vivendo em áreas de risco. Na Regional II, a mais rica da capital cearense, bairros como Meireles e Dionísio Torres não têm moradias neste perfil – mas a pobreza também permeia esses locais. Comunidades como Titanzinho, Pau Fininho e do Trilho, por exemplo, estão, respectivamente, no Mucuripe, no Papicu e na Aldeota, bairros da área nobre.

Os assentamentos precários se concentram nas Regionais I, V e VI, que registram alguns dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade. É na Regional VI onde fica a Comunidade Santa Rita, próxima à gigante Arena Castelão, e composta por residências em situação precária, principalmente após a quadra chuvosa.

É necessário destinar mais recursos para as Regionais onde existem bairros com mais desigualdades sociais, áreas de risco e que seja Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis). O que deva prevalecer seja quem mais precisa, a prefeitura tem que resolver as suas necessidades para ter possa ter uma vida com dignidade.

Plano Diretor

O Plano Diretor é um meio para se alcançar o desenvolvimento de uma cidade, onde a questão do planejamento tornou-se crucial para o pleno desenvolvimento da cidade e, sobretudo de seu desenvolvimento sustentável e cidadã. Através de uma gestão democrática e

de um planejamento público em benefício de uma reforma urbana que tenha como prioridade acabar com as desigualdades sociais e esse é o eixo do que propomos para um plano diretor.

O prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, anunciou que o Plano Diretor estaria para ser aprovado este ano, porém com a pandemia de covid-19 todas as questões das assembleias territoriais e debate com a população de Fortaleza findaram. O Plano Diretor da nossa cidade foi aprovado dentro do Estatuto da cidade em 2001, completamos 10 anos de existência e agora temos que construir e aprovar um novo plano diretor que pense em nossa cidade. Que cidade nós queremos para daqui 10 anos?

Queremos uma cidade democrática, sem déficit habitacional, com os equipamentos públicos (posto de saúde, creche pública, escolas municipais e saneamento básico) seja com qualidade e atenda toda a população fortalezense. A nossa juventude necessita ter acesso à cultura e ao esporte, que os equipamentos culturais como cinema, teatro, show, quadras esportivas estejam acessíveis para qualquer morador e moradora de nossa cidade. Não pode ser apenas privilégio de uma classe social, mas para toda a população.

Vamos planejar uma cidade que cresça e desenvolva nos bairros mais pobres e periféricos, que tenha saneamento básico, segurança, mobilidade urbana acessível, moradias populares, educação e saúde gratuita e de qualidade. Melhorar a qualidade de vida da coletividade, com vistas a atingir o desenvolvimento sustentável deva ser o objetivo. Nesse sentido, o desenvolvimento das cidades deverá respeitar os limites da sustentabilidade, com ordenação, sem destruição, sem degradação ambiental, possibilitando uma vida digna para todos.

O direito a uma cidade sustentável significa, portanto, “um direito coletivo da população a uma cidade sustentável, ou seja, o direito ao acesso a condições de vida urbana digna, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e aos equipamentos e serviços públicos, e assim, vamos construir um plano diretor ouvindo a população, realizando plebiscitos e assembleias populares para ampliar o debate e a construir um plano diretor verdadeiramente do povo de Fortaleza.

Moradia

Hoje não se faz habitação para morar, mas para negociar e ter lucros. A política habitacional municipal é submetida aos interesses de mercado imobiliário e das empreiteiras

que se revezam nos principais contratos de obras públicas. Como a localização do terreno fica a critério das construtoras, as casas são erguidas em áreas distantes e isoladas, onde o custo da terra é mais baixo. São regiões onde não há a mínima infraestrutura urbana: o trabalhador ou a trabalhadora ganha uma casa, mas perde a cidade, porque existe poucas linhas de ônibus, escolas públicas, creche pública, unidades de saúde, rede de saneamento no local, direito a lazer e acesso à cultura para seus filhos.

Atualmente mais de 70% das unidades habitacionais construídas pelo programa “Minha Casa, Minha Vida” se concentram na periferia de Fortaleza. O programa federal foi lançado em 2009, com o objetivo de promover habitação de interesse social para famílias de baixa renda, em situação de coabitação, vulnerabilidade social e com área de risco ou violência. A Prefeitura Municipal de Fortaleza através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), como órgão gestor, atua na faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que atende famílias com renda familiar de 0 a R\$ 1.800,00.

Mas, na prática esse foi único projeto de moradia popular que existiu na prefeitura que foi implementado nessas duas gestões do prefeito Roberto Cláudio. Agora o governo federal na gestão do presidente Jair Bolsonaro, acabou com a faixa 01 desse programa e isso piora a situação da maioria das famílias pobres de Fortaleza. A Habitafor não tem um programa habitacional próprio, isso faz com o déficit habitacional da cidade seja de 130 mil moradias segundo a Defensoria Pública, enquanto isso, existe o registro de 166 mil imóveis privados, desocupados, destinados justamente para moradia, ou seja, não cumpre a sua função social e só serve para aumentar o valor dos imóveis e aluguéis favorecendo a especulação imobiliária.

Segundo dados da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor), só no Centro da capital existem mais de 600 imóveis privados abandonados, em situação de massa falida ou de espólio. Além disso, 44% da população da cidade reside em assentamentos precários, em condições de vulnerabilidade social, ou seja, mais de 1 milhão de habitantes e isso também reflete nos índices de violência, que coloca Fortaleza como uma das cidades mais violentas do mundo.

Isso demonstra que na realidade não existe um planejamento municipal de habitação comprometido com a gestão democrática dos territórios que garanta a função social

da propriedade e promova o direito à cidade. O mercado imobiliário é que decide as prioridades. Em consequência disso, na cidade de Fortaleza, o número de imóveis vazios, ociosos ou subutilizados, é igual ou superior ao número de famílias sem teto ou morando em condições inadequadas. O déficit habitacional de 130 mil unidades na cidade de Fortaleza se concentra basicamente na coabitação familiar (quando há mais de uma família vivendo em uma única residência) e no ônus excessivo com aluguel (quando o aluguel ultrapassa 30% da renda familiar).

Queremos construir uma política habitacional voltada para a integração regional e o desenvolvimento comunitário. Para isso, é necessário dar fim à atual política de remoção forçada de favelas, garantir mecanismos de regularização fundiária e controle da valorização da terra e priorizar a destinação das terras públicas do município para programas de moradia popular. Enfim, precisamos criar medidas que permitam retirar do mercado o controle sobre o uso do solo urbano e regular o setor imobiliário para fortalecer o acesso à moradia pela camada econômica de baixa renda em áreas centrais da cidade. Democratizar o uso do solo urbano para as pessoas que mais necessitem e que possa viver dignamente.

Propostas

- **Criar o Conselho Municipal de Habitação**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de moradia; **garantindo representantes dos movimentos populares** ligados à questão habitacional no município;
- **Planejar uma política habitacional voltada para a integração regional, o desenvolvimento comunitário e a justiça socioambiental;**
- **Criar uma política habitacional integrada com os movimentos sociais e populares.** As habitações populares garantam aos locais mobilidade urbana, iluminação pública, acesso à saúde e à educação, lazer, cultura e que a legalização de posse, a chave seja prioritariamente entregue às mulheres.
- **Produzir novos circuitos urbanos que articulem trabalho, moradia e mobilidade** para reverter tanto a concentração territorial dos postos de trabalho quanto a dispersão

dos locais de moradia em espaços urbanamente precários e afastados das áreas com infraestrutura urbana consolidada;

- **Extinguir a atual política de remoções**, construindo um modelo de política habitacional que respeite os preceitos da Lei Orgânica Municipal e os princípios constitucionais no que tange ao direito à integridade e inviolabilidade do domicílio;
- **Delimitar novas zonas de especial interesse social para assentamentos habitacionais de população de baixa renda em áreas da cidade com infraestrutura urbana consolidada**, priorizando do centro da cidade;
- **Implementar novos programas de habitação de interesse social** para garantir acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos, por meio da aquisição de imóveis para fins habitacionais e da realização de obras e serviços voltados à modificação de uso e ocupação de imóveis que resultem em lotes urbanizados ou unidades habitacionais;
- **Redirecionar os programas de habitação popular, dando incentivos fiscais para as construtoras, para áreas com infraestrutura urbana consolidada**, bem como garantir maior provisão de serviços públicos aos projetos já concluídos e entregues em áreas desprovidas de infraestrutura, priorizando as pessoas que estejam inseridas no déficit habitacional;
- **Aplicar instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para desestimular a presença de imóveis privados subutilizados, vazios ou abandonados;**
- **Promover a regularização fundiária de favelas, loteamentos e ocupações consolidadas de forma integral;**
- **Criar um programa municipal de assistência técnica para a requalificação urbana das favelas, loteamentos, assentamentos rurais, comunidades tradicionais e ocupações consolidadas** em parceria com as Universidades públicas;

TRANSPORTE

Um dos maiores desafios para uma gestão pública em uma grande cidade é a oferta de transporte e seu acesso com qualidade pela população. Para executar planos de um transporte coletivo de qualidade é necessário pensar o acesso a cidade e mobilidade urbana, a ocupação do território e os diferentes modais de transporte.

Fortaleza, a 5ª maior capital do Brasil, de acordo com o Censo 2010, sua população era de 2.452.185 pessoas, tendo esse número crescido para 2.669.342 de acordo com estimativas realizadas em 2019. Com isso, percebemos o crescimento populacional e o aumento da demanda em se locomover pela cidade. Cerca de 1,1 milhão de pessoas utilizam o transporte público.

Seguindo a Lei 12.587/12, referente a Política Nacional de Mobilidade Urbana, devemos considerar primeiramente o art.5 “acessibilidade universal”, “equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros”. A partir daí, é necessário apontar que todas as intervenções nas ruas e avenidas precisam estar alinhadas ao que essa política orienta.

Hoje em nossa cidade, é comum lidarmos com um trânsito bastante caótico mesmo que tenha sofrido mudanças nos últimos anos. Mas devemos nos perguntar se essas mudanças foram realizadas no intuito de dar fluidez ao tráfego pensando em todos os atores da sociedade e se de fato os fortalezenses foram ouvidos para sugerirem propostas de resolução viável.

Em primeiro lugar na formulação de propostas sobre transporte, vamos aqui pensar em alguns pontos: transporte coletivo (oferta, custo e qualidade/rapidez), modais, acesso a cidade.

Propagandeada durante muito tempo por ser a mais barata do país e integrada, a passagem de ônibus em Fortaleza tem sofrido reajustes crescentes e não está ligada a melhoria de serviço. Na tentativa de universalizar a utilização do Bilhete Único, a gestão RC (PDT)* só conseguiu ver a expansão do sistema de BU quando associou o mesmo as carteiras de estudante. Além disso, os ônibus não estão integrados com o metrô de Fortaleza e desde o início da implantação, os coletivos vem sofrendo mudanças com a demissão de centenas de trabalhadores cobradores.

Para garantir de fato o direito de ir e vir, é urgente a implantação do Passe – Livre para estudantes e desempregados e a redução do preço da passagem associado a melhoria no transporte coletivo.

Apoiando-se no discurso da modernização, várias são as justificativas para o aumento da passagem de ônibus, porém a população não tem revelada a planilha de custos por parte do SINDIONIBUS. O que é sabido, é que há uma redução gradual na oferta de coletivos para a população. Em 2017 eram 2.301 ônibus, e em 2019, cai para 2.141*, um diminuição de 160 veículos; 646 desses possuem ar-condicionado (30,17%) (dados Detran e Etufor).

Por tudo isso é necessário democratizar o debate sobre mobilidade urbana, constatando o perfil dos usuários de transporte público, os horários de maior demanda e as necessidades da população, obedecendo a área de ocupação do solo urbano, debatido no Plano Diretor, tendo como base o art.6º da Política Nacional Mobilidade Urbana *“integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos”*.

Portanto, seguindo o mesmo art. 6 quando diz *“prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado”*, podemos refletir que nossa cidade precisa avançar bastante nesse ponto. O incentivo e a facilitação do acesso a bicicletas compartilhadas e a expansão das ciclovias e ciclofaixas é urgente. A solução de fluência de tráfego pelo uso de viadutos, assim como toda prática que insiste em aumentar a oferta de espaço para veículos individuais automotivos, já é rejeitada nos modelos de sucesso de mobilidade urbana de todo o mundo.

Propostas

- 1) O aumento da malha metroviária, integrada aos ônibus;
- 2) Melhoria dos terminais de ônibus e aumento da quantidade de veículos coletivos, novas rotas;
- 3) Conexão entre os modais, através de serviços aprimorados, que incluem viagens mais rápidas;

- 4) Estatização do transporte público, hoje na mão de empresas;
- 5) Passe Livre para estudantes e desempregados; Redução do valor da passagem;
- 6) Gestão democrática na execução da engenharia de trânsito;
- 7) Garantia de transporte público de qualidade para promover o acesso aos equipamentos sociais, culturais e aos serviços básicos; com isso contribuir para as políticas de habitação, educação, saúde e lazer.

ESPORTE E LAZER

É de fundamental importância um programa de esporte e lazer que contemple os/as cidadãos (as) como um todo. Esse programa deve passar pelo crivo da concepção transformadora da sociedade e atender a todos (as), conforme as necessidades e contextualizações para vida em coletivo e para o desenvolvimento do sujeito de comunidade que contribua com todas as ações do municípios e da cidadania.

A Criança no esporte e no lazer

Os princípios do direito ao esporte educacional, seguro e inclusivo são os seguintes:

- Diversificar para incluir: todas as crianças devem ter oportunidade de praticar esporte. Meninos e meninas jogam, brincam e se divertem juntos. Adaptações como campos e quadras pequenas, bolas mais leves, redes de vôlei mais baixas, aros de basquete de diversos tamanhos e alturas, traves menores, são algumas ferramentas para tornar o jogo mais divertido, educacional, seguro e inclusivo.

- Conversar para decidir juntos: todos e todas são convidados(as) a discutir como, quando e por que praticar esporte. As regras do jogo devem ser construídas coletivamente, e para tanto é preciso dialogar, saber ouvir, construir acordos e regras, e avançar nas decisões tomadas coletivamente;

- Aprender sobre o outro: somos diferentes uns dos outros, mas todos e todas têm os mesmos direitos, que precisam ser respeitados. Aprendemos muito quando jogamos juntos e nos adaptamos para que todos(as) possam jogar.

- Liberdade com responsabilidade: jogar é aprender a fazer escolhas conjuntamente, o tempo todo: construir e decidir regras juntos, resolver conflitos pelo diálogo, cuidar do material, ocupar espaços dentro ou fora da escola, mobilizar a comunidade para manter o campo e a quadra bem cuidados. Esse é um exercício de conquista de autonomia em que se compreende que as escolhas interferem na vida de todas as pessoas.

- Educar de corpo inteiro: crianças não podem ser divididos em corpo e mente. O esporte contribui para articular habilidades motoras com pensamento e emoções.

A juventude no esporte e lazer

- Implantar projetos e programas sociais que considerem a diversidade como foco e pertinência nas necessidades da juventude, com atenção especial aos jovens em situações de vulnerabilidades socioeconômicas;
- Garantir a participação popular visando incentivar os jovens na elaboração de propostas das políticas esportivas e de lazer e de gestão dos equipamentos e espaços públicos, considerando experiências bem sucedidas;
- Propor políticas públicas que corrijam os freios para prática de esportes que demandem investimento considerável;
- Propor políticas de democratização popular nas dimensões dos desportos das periferias, assegurando o direito à meia entrada no ingresso a eventos esportivos;
- Provocar o amplo debate sobre o reconhecimento das ocupações profissionais relativas ao esporte e garantir a inclusão quando couber;
- Implantar uma política de segurança preventiva de violência que garanta a segurança da participação efetiva dos jovens nas praças esportivas;
- Propor a gestão compartilhada democraticamente dos equipamentos públicos de esporte e lazer, envolvendo todos os setores sociais, em especial as periferias;
- Garantir que não haja priorização de recurso para o esporte de alto rendimento, em detrimento do esporte de educação nas escolas municipais, bem como ao esporte de participação.

Esporte Educacional

- Assegurar, segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988 e, fortalecer as aulas de educação física nos espaços escolares de inclusão e socialização, com o desenvolvimento de diferentes práticas da cultura corporal do movimento.
- Incentivar o ensino extracurricular e práticas esportivas não olímpicas em ambiência escolar no âmbito municipal;

- Garantir a existência e a qualidade da infraestrutura de equipamentos esportivos dentro das escolas municipais;

- Promover e efetivar, através de parcerias e/ou colaboradores, a realização de jogos/festivais escolares municipais.

A infraestrutura esportiva e de lazer

- Democratizar os equipamentos públicos de esporte e lazer, garantindo a segurança e a acessibilidade de todos, dedicando atenção para que as periferias não deixem de ser atendidas;

- Incentivar a construção de praças para juventude na periferia, principalmente em localidades estratégicas para inclusão social;

- Assegurar as normas de acessibilidade na totalidade de equipamentos esportivos e de lazer existentes em locais públicos;

- Assegurar padrão de qualidade dos equipamentos públicos de esporte e lazer na periferia, bem como em todo município.

Esporte de alto rendimento

- Estruturar as políticas públicas de performance ou de alto rendimento, com interação entre as diversas modalidades e com ações destinadas à formação, ao aperfeiçoamento de atletas e ao incentivo à permanência dos mesmos na vida esportiva;

- Expandir áreas verdes com fins de permitir melhor aproveitamento no campo de treinamento esportivo diversos;

- Propor Programa Bolsa Atleta para jovens da periferia em formação no esporte de alto rendimento que representem escolas municipais;

- Criar centros de treinamento de alto rendimento, abrangendo todas modalidades esportivas.

- Oferecer acompanhamento psicológico a todos os atletas em formação.

A promoção da saúde, bem estar e qualidade de vida

- Incentivar e oferecer atividades físicas e de lazer para jovens em todas as comunidades;
- Incentivar a implantação e a qualificação de equipamentos públicos para a prática de atividades físicas para jovens em praças e em ciclovias;
- Incentivar a criação de academias populares e gratuitas nas periferias da cidade;
- Incentivar a utilização dos espaços públicos pela juventude, em especial nas periferias;
- Implantar ou potencializar programas e projetos intersetoriais de atividade física, esporte e lazer em espaços públicos, com acompanhamento profissional, em condições seguras e inclusivas, beneficiando a saúde, a qualidade de vida, bem estar e o desenvolvimento social.

População idosa e suas políticas públicas nas atividades físicas e de lazer

- A implementação de programas e projetos de atividade física para idosos/as com inclusão para pessoas com deficiências e pertencentes a grupos com fatores de risco para a saúde;
- Implementação de programas e projetos de atividades físicas adaptadas para idosos em ambientes públicos como praças e escolas municipais;
- Implementar programas e projetos que promovam o modo de vida do idoso, permitindo uma vida ativa, através de um envelhecimento ativo, saudável e produtivo. Para tal, são imprescindíveis ações públicas de práticas corporais através de atividades físicas específicas voltadas para a população idosa.

Pessoas com deficiência e as práticas corporais de atividades físicas e de lazer

- Incentivar políticas públicas de inclusão às pessoas com deficiência através de esportes adaptados a proporcionar um bom condicionamento físico, socialização, superação de limites, melhorar a autoestima, otimismo, visando alcançar seus objetivos, autonomia, independência e exercer dentro da sociedade sua cidadania;

- Expandir política pública de transporte coletivo adaptado, para locomoção de pessoas para que todos tenham acesso de fato e de direito ao esporte, bem como equipamentos, vestiário e tudo que for necessário para sua participação efetiva;

- Incentivar as políticas públicas para práticas de esportes e lazer às pessoas com deficiências, as quais podem participar de todas as modalidades esportivas e práticas corporais da cultura corporal do movimento, desde que demonstre interesse e habilidades;

- Incentivar programas e projetos às pessoas com deficiências às práticas de atividades da cultura corporal do movimento adaptadas;

Conclusão

Evidentemente, um programa de esporte e de lazer para que seja justo e igualitário, faz-se necessário atender, assistir, beneficiar e prover as pessoas com suas diversidades, peculiaridades, contextualizadas no campo das reivindicações em busca da melhor concepção de justiça e igualdade na luta pelos direitos fundamentais.

Lazer

A ludicidade constitui uma grande ferramenta para o desenvolvimento do bem estar físico, psíquico e social. Desde tempos remotos, a humanidade criou diversas brincadeiras e jogos que servem como espaço de socialização. Com o advento do capitalismo, boa parte dessa rica produção cultural popular passa a ser mercantilizada e traz fortes traços ideológicos para manutenção das classes dominantes. Atualmente, há a chamada indústria do lazer, que gera trilhões de reais de lucros aos donos dessa rede de entretenimento.

A Prefeitura de Fortaleza possui na sua estrutura administrativa uma secretaria de esporte e lazer que até pouco tempo era dirigida por um pastor da Igreja Universal do Reino de Deus (Ronaldo Martins). De acordo com a LOA (Lei Orçamentária Anual), está previsto cerca de 16 milhões de reais para despesa desse órgão em 2020.

A política de lazer em Fortaleza gira em torno dos serviços da indústria do turismo (bares, restaurantes, casas de shows, principalmente), que, muitas vezes, acabam reproduzindo a lógica do lazer passivo, voltado ao consumo de bebidas alcóolicas,

prostituição e tráfico de drogas. É necessário, de imediato, mudar essa concepção. Por isso, a UP defende:

- 1- Articular junto à bancada federal a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Para a prática do lazer, o (a) trabalhador (a) necessita de tempo livre, realidade bem diferente da esmagadora maioria da população brasileira.
- 2- Aumentar o orçamento da Secretaria de Esporte e Lazer; diminuir gastos com publicidade, cortar patrocínios aos clubes profissionais de futebol, visto que essa não é a prioridade da gestão municipal.
- 3- Em parceria com a Secretaria de Cultura, criar atividades permanentes de lazer ativo nos terminais de ônibus (exibição de filmes, esquetes teatrais, apresentação de grupos folclóricos e de valorização da cultura regional).
- 4- Promover concurso público para o quadro de servidores técnico-administrativos da secretaria de esporte e lazer.
- 5- Reforma de todos os equipamentos administrados pela secretaria de esporte e lazer.
- 6- Construção da Rede *Cuquinha* (equipamentos culturais, esportivos e de lazer com a mesma rede de serviços oferecidos pelo CUCA, mas em menor porte para ser implementado em cada bairro de Fortaleza), com meta de implementação até o final de 2021.
- 7- Reforma de todos os CUCAS, e construção de novos CUCAS no Centro de Fortaleza, e nos bairros com maiores índices de pobreza e escassez de equipamentos culturais.
- 8- Revitalização do centro da capital, com atividades permanentes de teatro, cinema, música popular brasileira, com atividades às quartas e no final de semana.
- 9- Apoiar as parcerias com universidades públicas em estudos e projetos na área do lazer, a exemplo do Corredor Cultural de Fortaleza, descentralizando para os bairros da região periférica e suburbanos da cidade.

10- Defesa do passe-livre para estudantes, desempregados e professores (as) em cinemas de Fortaleza.

11- Defesa intransigente do respeito à meia-cultural em eventos privados de lazer e esportivos.

CULTURA

A cultura e a arte brasileira possui uma riqueza raríssima, que fica difícil ou até impossível dar uma definição sobre elas, entretanto, é importante salientar que a cultura é uma maneira de identificar um povo e a sua nação, a cultura é inerente ao ser humano, pois, o povo que tem a sua cultura negada é um povo sem identidade, é com essa identidade que se pode reconhecer e compreender a soberania de um povo e de sua consciência de pertencimento da sua história.

A história do saque cultural e do extermínio das manifestações artísticas e culturais do Brasil data desde a invasão portuguesa do nosso território, povos originários tiveram o seu imaginário negado, sua arte expropriada e juntamente aos povos africanos que foram violentamente trazidos para o país vivenciaram uma história de perda e apagamento, porém, ao mesmo tempo se forjava um espírito de luta e resistência, a capoeira, o candomblé, a medicina indígena, os encantados, o toré, a coletividade são marcas deixadas pela nossa ancestralidade e que de nenhum modo temos o direito de abrir mão da herança cultural forjada no fogo da luta.

Dando um salto histórico para pensar a conjuntura política e o papel cultural dessa identidade podemos reconhecer que a arte tem tido um lugar fundamental no enfrentamento contra todas as formas de opressão fruto do sistema capitalista. Os trabalhadores e trabalhadoras da cultura organizados em fóruns, assembleias, comunidades, coletivos, conselhos e outros formatos vem pautando junto aos movimentos sociais e progressistas uma tomada de consciência para os direitos conquistados nos últimos anos, frutos da luta e do sangue de muitos que já passaram.

A arte se encontra no campo do simbólico, do imaginário, através dela podemos vislumbrar outras formas de se estar no mundo, e de conceber uma sociedade mais justa e possível, e quando tratamos desse imaginário estamos falando de algo concreto, palpável, artistas tem a capacidade de mobilizar, sensibilizar e comunicar um olhar de esperança e aglutinar em coletivo o poder necessário para transformação.

Uma prova da capacidade política que a arte pode articular são os ataques diretos que o setor vem sofrendo desde 2016 quando o projeto fascista voltou a rondar o nosso país, com um golpe instaurado e a nomeação do ilegítimo governo Temer uma das primeiras resoluções foi o fim do Ministério da Cultura, que no dia seguinte teve resposta nas ruas onde

artistas, trabalhadores da cultura e a sociedade ocuparam órgãos do governo em todo território nacional obrigando o governo golpista a voltar atrás e manter a pasta. Desde então uma onda de censura e corte nos gastos destinados aos projetos culturais têm sido uma prática recorrente na tentativa de desmobilizar a classe.

Com a eleição do projeto fascista de Jair Bolsonaro e a sua corja de saqueadores o momento nos pede ainda mais atenção, e se faz ainda mais necessário que a arte seja instrumentalizada enquanto ferramenta de luta, para adentrar em todos os espaços onde possa se estabelecer trincheiras, escolas, praças, teatros, fábricas, no campo, é papel da classe artística tomar o seu lugar de protagonista na disputa pelo imaginário do povo brasileiro. Fórum Cearense de Teatro, Rede Brasileira de Teatro de rua, Movimento todo teatro é político, OCUPA MINC, OCUPA SECULTFOR, Movimento MAR, MOTIM, Slam resistência são alguns movimentos que se propuseram a forjar luta através da arte e que nesse momento não podem negar o seu papel histórico, coletivamente, a arte é lugar de luta e de esperança.

Propostas

- 1- Estabelecer 1% do PIB de Fortaleza para cultura.
- 2- Realização de plenárias regulares (mensais ou quinzenais) sobre o papel da arte e da cultura como eixo formador da sociedade, em praças, escolas e demais espaços.
- 3- Articular junto à bancada federal, a recriação e reformulação no Ministério da Cultura, com ampla participação popular e dos diversos movimentos que integram a pluralidade da arte e da cultura brasileira.
- 4- Criação de espaços de formação artística em bairros populares, e descentralização das ações artísticas e culturais dos grandes centros.
- 5- Articulação com movimentos culturais organizados e movimentos sociais na busca por integrar pautas e fortalecer ações.
- 6- Dar ao fórum de cultura, uma maior participação na destinação dos recursos.
- 7- Utilizar gatilhos como o IDH e outros critérios para realizar uma distribuição dos recursos e um melhor alcance do Estado na periferia. Ao exemplo de editais onde o IDH pode ser um gatilho para garantir que recursos sejam distribuídos em bairros com índices mais baixos.
- 8- Promoção de eventos culturais pela cidade durante todo o ano e não apenas em datas específicas com mega eventos.
- 9- Defender os direitos trabalhistas para os trabalhadores/as da Cultura. Articular com a Câmara dos Deputados/as.

10- Uma política de formação de plateia por meio da infraestrutura da prefeitura com ênfase na produção local chegar à periferia.

11-Desburocratização de processos jurídicos e administrativos ligados às atividades da Secretaria de Cultura do Município.

12- Espaços de formação e promoção de cultura como os Cucas, mas com diversidade de nas linguagens artísticas, junto a esses espaços fortalecer lugares públicos como praças.

13- Fortalecimento, com aporte financeiro do Fundo Municipal.

14- Articulação efetiva com outras pastas da Gestão, tais como Educação e Direitos Humanos.

15- Fortalecer os fóruns e conselhos.

16- Fomentar espaços de formação sobre cultura para os artistas.

17- Um modelo de edital ao exemplo de fluxo contínuo para alcançar um maior número e mais diversas linguagens, partindo do orçamento anual de 1%.

18- Resgate da cultura e da história do país através de registros e exposições de mestres populares.

Audiovisual

O audiovisual é de extrema importância para a cultura, sendo também parte estratégica para a economia de todas as nações. Para os estados e municípios o audiovisual constitui uma ferramenta potente de inclusão social, de exercício da cidadania e de manifestação das identidades e da cultura brasileiras. Por isso, se faz urgente um amplo planejamento, aperfeiçoamento e fomento de políticas públicas para o seu desenvolvimento.

A produção audiovisual independente é ampla em nosso município, no entanto precisa ser melhor fomentada, as políticas públicas atuais ainda são muito precárias, para isso é necessário criar condições econômicas para a ampliação da atuação dos profissionais e empresas do setor. Promover um plano estratégico de ações construído a partir da discussão entre poder público e a sociedade civil organizada dará condições para a expansão, para a democratização do acesso e para o desenvolvimento econômico e sustentável do audiovisual em Fortaleza. Uma ampla organização e planejamento tonará possível o real funcionamento da cadeia do audiovisual em Fortaleza.

Propostas

1. Garantir a aplicação da lei nº 9904 de 10 de abril de 2012, de Fomento à Cultura;
2. Realizar a manutenção e o fomento da formação em audiovisual na Vila Das Artes (complexo cultural voltado à formação, pesquisa, produção e difusão em arte), bem como na rede Cuca (rede de proteção social e oportunidades que oferece cursos, práticas esportivas, difusão cultural etc);
3. Garantir a aplicação da lei 13.006/2014 que complementa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, obrigando a exibição de, no mínimo, duas horas de cinema brasileiro nas escolas, como complemento às atividades curriculares;
4. Desenvolver o projeto de construção da memória do Cinema Cearense;
5. Elaboração do senso e mapeamento do Cinema Cearense;
6. Realização do Edital de Audiovisual garantindo a descentralização e a democratização do seu acesso;
7. Construção da *film commission* (organização, normalmente [estatal](#) ou [paraestatal](#), que se dedica a atrair e incentivar a realização de produções audiovisuais no seu local de atuação), em parceria com o estado;
8. Promover mostra das produções audiovisuais realizadas em Fortaleza, a partir de um calendário de exibição dessas obras em espaços culturais da cidade;
9. Organizar e realizar mostras de cinema infantojuvenil em espaços públicos da cidade.

SEGURANÇA PÚBLICA

Pensar sobre a segurança pública na nossa cidade refletindo sobre o caráter de classes do estado, os problemas sociais e econômicos inerentes da sociedade capitalista é algo fundamental pois o caráter elitista, excludente, machista, racista e autoritário do estado brasileiro, herdados do escravismo colonial e da ditadura militar conserva sua essência até os dias atuais, ou seja, o estado continua a serviço das classes dominantes e oprimindo o povo pobre.

Dessa forma, inicialmente seria necessário uma mudança social profunda na qual modificasse essa estrutura de poder, no entanto acreditamos que podemos avançar atualmente esse processo de mudança através de ações da gestão municipal em parceria com as comunidades e os movimentos sociais.

Nesse sentido, para iniciarmos esse processo de forma séria, acreditamos na necessidade de promovermos uma profunda interligação dos setores de atuação na gestão municipal referentes as áreas de direitos humanos, com responsabilidades específicas no âmbito da juventude e dos direitos das mulheres, bem como da área de habitação e cultura, por percebermos a importância dessa articulação para se pensar segurança pública municipal com um caráter popular. Para tanto, propomos a construção de uma equipe de trabalho com os secretários e representantes dessas áreas, representantes da sociedade civil, entidades representativas e movimentos organizados para pensar coletivamente um plano de ação dentro desses princípios para ser iniciado ainda no primeiro ano de gestão.

Para termos como meta o desenvolvimento de uma política de prevenção a violência baseada no respeito ao povo pobre se faz necessário além da interligação desses setores essências para tal objetivo uma atuação efetiva com a equipe de desenvolvimento econômico e assistência social com o intuito de promover a geração de empregos e cursos profissionalizantes para a população nas áreas mais vulneráveis economicamente e com altos índices de criminalidade.

Outro ponto importante será o compromisso com a não criminalização dos movimentos sociais e entidades de classe, o combate ao racismo, ao machismo e a homofobia nas corporações e nas suas ações frente a população. Nesse sentido, iremos construir inicialmente um seminário de formação para a Guarda Municipal e Defesa Civil de direitos humanos, com o enfoque racial, classista e de gênero em parceria com as Universidades,

entidades representativas e movimentos organizados. Em seguida, será realizado curso mensal com intuito de aprofundarmos essas temáticas e manter uma formação continuada para esses setores.

Propostas

1. Promover interligação dos setores de atuação na gestão municipal referentes as áreas de direitos humanos, com responsabilidades específicas no âmbito da juventude e dos direitos das mulheres, bem como da área de habitação e cultura;
2. Construção de uma equipe de trabalho com os secretários e representantes das áreas de direitos humanos, com responsabilidades específicas no âmbito da juventude e dos direitos das mulheres, bem como da área de habitação e cultura, representantes da sociedade civil, entidades representativas e movimentos organizados para pensar coletivamente um plano de ação dentro dos princípios da participação popular para ser iniciado ainda no primeiro ano de gestão;
3. Promover o desenvolvimento de uma política de prevenção a violência baseada no respeito ao povo trabalhador, pobre, preto e periférico;
4. Atuação efetiva com a equipe de desenvolvimento econômico e assistência social com o intuito de promover a geração de empregos e cursos profissionalizantes para a população nas áreas mais vulneráveis economicamente e com altos índices de criminalidade;
5. Compromisso com a não criminalização dos movimentos sociais e entidades de classe, o combate ao racismo, ao machismo e a homofobia nas corporações e nas suas ações frente a população;
6. Realização de seminário de formação para a Guarda Municipal e Defesa Civil de direitos humanos, com o enfoque racial, classista e de gênero em parceria com as Universidades, entidades representativas e movimentos organizados;
7. Promoção de curso mensal com intuito de aprofundamento das temáticas acima citadas e garantia de uma formação continuada para esses setores;

JUVENTUDE

De acordo com dados do Censo 2010, a população de Fortaleza possui majoritariamente jovens 252.298 (10,29%) entre 20 a 24 anos e 242.162 (9,88%) entre 25 a 29 anos. Logo, há uma expectativa que esse número deve ter crescido e aliado a isso, é necessário uma atenção maior para a elaboração de políticas públicas que contemple as necessidades da juventude.

Portanto o aumento nos investimentos em educação básica, cultura, lazer e esporte, contribuem positivamente para o engajamento dos jovens e dando oportunidades para que os mesmos sejam atores na construção de uma cidade melhor. Assim, será possível obter uma diminuição considerável nos índices de mortalidade na adolescência em decorrência do ingresso de jovens, sem meios de produção cultural, esportiva e social, no crime organizado.

Dito isso, o ECA prevê em seu Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Importante observar que nesta escalada da violência, os mais vulneráveis também são alvos. De 20 de março de 2020 até o último dia 27 de maio, pouco mais de dois meses, pelo menos 69 crianças e adolescentes foram assassinados no Estado, conforme dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Desde o fim de 2015, 10 adolescentes morreram em unidades do sistema socioeducativo do Ceará, sendo 9 apenas nos últimos três anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal Nº 8.069/1990) garante que adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação perderam momentaneamente suas liberdades, mas são possuidores de todos os direitos humanos, como ser tratado com respeito e dignidade (art. 124, V), cabendo ao Estado a adoção de todas as medidas de segurança para zelar pela integridade física e mental dos adolescentes internos (art. 125).

Ou seja, são dados que comprovam que o município de Fortaleza precisa ter mais atenção as políticas de juventude, da garantia de acesso aos seus direitos básicos.

Propostas

- 1) Construção de mais CUCA's e o aumento de vagas nos já existentes;
- 2) Acesso a cidade através do passe - livre no transporte público;
- 3) Garantia de direitos à saúde e educação integral;
- 4) Aumento de recursos financeiros em editais para projetos de Cultura e Lazer; incentivo à produção de arte, teatro, dança, circo e produção audiovisual nos bairros com maior vulnerabilidade social
- 5) Construção de áreas de lazer nos bairros da periferia de Fortaleza;
- 6) Construção e aumento em investimentos das já existentes bibliotecas comunitárias.

MULHERES

O Programa de governo “da Unidade Popular pelo Socialismo – UP tem como seu lema: **“Por uma Fortaleza para o povo”**, pois reúne um conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas coletivamente por vários movimentos sociais e populares, que se dedicam cotidianamente a lutar por uma cidade com justiça social, igualitária, solidária e diversa.

O presente documento apresenta uma plataforma de análise, ações, eixos, com propostas às políticas públicas, sociais e econômicas para avançar nos direitos das mulheres fortalezense. Vivemos numa sociedade marcada por fortes traços de desigualdades sociais, econômicas, gênero e de raça/etnia. Isso é fruto do sistema capitalista, que tem como objetivo o lucro em detrimento do bem-estar das vidas humanas, que se aproveita do machismo e do racismo para aumentar a exploração sobre os grupos excluídos. Infelizmente, as mulheres são a maioria dessa triste realidade.

As mulheres recebem os menores rendimentos, são as que mais sofrem com o desemprego e as que mais estabelecem relações informais (e sua consequente ausência de proteção social, tanto presente quanto futura) e que ocupam posições de menor prestígio na hierarquia profissional. Os resultados desta discriminação – que muitas vezes é indireta ou invisível – tornam-se evidentes quando se analisam os indicadores de desemprego e rendimento, entre outros. Isso se agrava com os indicadores sociais sobre as desigualdades e discriminações de gênero e raça/etnia.

Atualmente 40% dos lares de nossa cidade são chefiadas por mulheres. São mães solas que muitas vezes abandonam os estudos para sustentar sua família sozinha, muitas ainda adolescentes que quando chegam a vida adulta já têm três ou quatro filhos. Muitas estão em postos de trabalhos precarizados e poucas possuem carteira assinada. A pequena “ajuda” do governo federal com o bolsa família não supri as necessidades dessas famílias que são a grande maioria das periferias de nossa cidade.

Queremos apresentar ações que possa promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, considerando as dimensões étnicas, raciais, geracionais, regionais, orientação sexual e de deficiência. Garantir igualdade de gênero, considerando as dimensões étnico, racial e orientação sexual é um grande desafio na quinta cidade maior do Brasil. Através de políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmem a condição das

mulheres como sujeitos sociais e políticos, promover a organização produtiva de mulheres vivendo em contexto de vulnerabilidade social, notadamente nas periferias.

Fortalecer a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, com a ampliação do orçamento. Para mudar a vida das mulheres precisamos ouvi-las, debatermos coletivamente como iremos mudar uma realidade de vulnerabilidades econômicas e sociais. Criar uma estrutura coletiva e participativa das comunidades com a criação de um Conselho Municipal da Mulher de Fortaleza com apoio e estrutura para funcionamento - órgão consultivo e fiscalizador da implementação das Políticas Públicas.

Mas precisamos ter uma prefeitura que acolha todas as mulheres, das jovens a idosas, as mulheres portadoras de deficiência, as mulheres negras e periféricas e as mulheres trans. Vamos dialogar com essas mulheres, entender suas necessidades, atuando em conjunto com outras secretarias (saúde, educação, habitação, segurança pública) para que os nossos objetivos comuns sejam alcançados, ou seja, a promoção da igualdade entre mulheres e homens.

Não é uma tarefa fácil, principalmente porque a desigualdade de gênero existe desde do surgimento do patriarcado, sistema social que tem como a supremacia masculina na sociedade, que apesar dos avanços dos movimentos feministas, ainda é tão vigente nos dias de hoje, e os dados comprovam isso. O estado do Ceará é o segundo nas estatísticas de mulheres assassinadas em 2018, com 447 homicídios dolosos, sendo 26 registros considerados feminicídios, casos em que os assassinatos contra mulheres ocorrem por questão de gênero.

Fortaleza ocupa a terceira posição entre as nove capitais do Nordeste no ranking sobre violência doméstica, isso tem que mudar. Precisamos construir uma cidade onde as mulheres possam viver seguras nas ruas e dentro de casa. A prefeitura tem o papel de fazer da nossa cidade um lar com justiça social, acolhimento e gerar oportunidades na promoção de uma vida digna para as mulheres.

A efetivação da cidadania das mulheres permanece como um desafio e uma tarefa política para gestoras e gestores das políticas públicas. As propostas e ações que vamos apresentar nos diversos campos, seja da saúde, da prevenção e enfrentamento à violência, da geração de trabalho e renda, sempre incentivando a participação política das mulheres tem como objetivo avançar na emancipação das mulheres. Um governo feminista, as mulheres avançam juntas!

Propostas

1. Fortalecer a presença das mulheres nas diversas etapas dos processos de democracia participativa, buscando o empoderamento. Nossa gestão vai ser **paritária** nas Pastas do Executivo; cargos de direção em secretarias, autarquias entre outros. Promovendo a igualdade de direitos e na promoção de mulheres nas decisões políticas de Fortaleza;

2. Criação da **Secretaria Municipal de Políticas Para as Mulheres**. Com orçamento próprio e autonomia para trabalhar coletivamente com a comunidade para garantir melhorias e mudanças na vida das mulheres fortalezense. Exemplo: com destinação de verbas para a realização das Conferência Municipais de Políticas para as Mulheres;

3. **Defesa de direitos humanos das mulheres com uma ampla campanha de conscientização que rompa com a misoginia e esclareça sobre os direitos das mulheres**, com a realização de palestras, orientação jurídica e prevenção nas escolas, bairros, terminais de ônibus, praças e universidades;

4. **Ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres** em situação de violência e pensão entre outras demandas, com a ampliação da Assistência Jurídica em parceria com as universidades e escritórios modelos de advocacia;

5. **Criação do Programa Municipal de Agentes Multiplicadores para a Defesa dos Direitos da Mulher** em parceria com os movimentos de mulheres, movimento populares, entidades classistas, promotoras legais e profissionais liberais;

6. Geração de renda (**Parceria com escolas profissionalizantes** para oferecer cursos e oficinas gratuitos de qualificação profissional para mulheres vítimas de violência) ;

7. **Priorizar a intermediação de mão-de-obra feminina** nas ações do Sistema Nacional e Emprego – SINE/ CE; criar cursos municipais para mulheres em situação de vulnerabilidade social, incluindo as portadoras de deficiências, como trabalhos manuais,

artesanais, mecânicas, carpintarias, tecnologias da informação e comunicação com organização de pequenas empresas que absorvam essa mão de obra;

8. Criação do **Centro de Qualificação e Inclusão Produtiva para a Mulher** da Fortaleza; Com oferecimento de cursos, palestras, encaminhamentos de trabalho e de geração de renda;

9. **Ampliação da Rede de Enfretamento à violência contra as mulheres** com o aumento de mais CASAS ABRIGOS e CASAS DE REFERÊNCIAS para atender mulheres vítimas de violência, com o direito de levar os filhos e animais de estimação;

10. Trabalhar em conjunto com Governo do Estado para garantir **delegacias especiais para as mulheres seja 24 horas**, qualificando os profissionais da área de segurança pública para realizar os atendimentos com a perspectiva humanizado com as vítimas;

11. **Enfrentamento à exploração sexual das Crianças e adolescentes** com o trabalho transversal com várias secretarias trabalhando em conjunto e outros órgãos competentes com o conselho tutelar, Ordem dos Advogados do Brasil e as defensorias públicas;

12. Garantir **a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei**; bem como a proibir a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor, orientação sexual ou estado civil;

13. **Construir Restaurantes Públicos a preços populares, ampliação das Creches públicas** sendo 50% da sua rede integral (7h às 17h) em parceria com creches das universidades públicas;

14. Desenvolver amplas **campanhas publicitárias e institucionais junto à sociedade para divulgação das leis de proteção a mulher**, especialmente dos direitos das trabalhadoras. Dessa maneira, desenvolver ações e programas permanentes de combate à discriminação de mulheres negras, mulheres trans, indígena, ciganas e de pessoas com deficiência no mercado de trabalho;

15. Incentivar o combate ao trabalho escravo com ênfase nas mulheres, especialmente as negras;

16. Reduzir os índices de violência contra as mulheres exigindo o cumprimento efetivo da Lei Maria da Penha. Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento; garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando as questões étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social e econômica;

LGBT

O Programa de governo “da Unidade Popular pelo Socialismo – UP tem como seu lema: **“Por uma Fortaleza popular e socialista”**, pois reúne um conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas coletivamente por vários movimentos sociais e populares, que se dedicam cotidianamente a lutar por uma cidade com justiça social, igualitária, solidária e diversa.

O presente documento apresenta uma plataforma de análise, ações, eixos, com propostas às políticas públicas, sociais e econômicas para avançar nos direitos e a promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, além de combater a violência contra a população LGBT de Fortaleza.

É importante frisar que o ano de 2018 é marcado pelo acirramento da disputa de projetos políticos para o país. Nesse sentido, queremos fortalecer um projeto de sociedade democrática, o que implica desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda, inclusão social, geração de emprego de qualidade, concursos públicos, trabalho decente e direito à comunicação e informação.

No eixo Direitos para as/os LGBT queremos construir nessa plataforma eleitoral uma cidade diversa, inclusiva e solidária para todos/as fortalezenses. A forma como o outro vive e tem suas diferenças ainda incomoda muitas pessoas, principalmente nesta conjuntura que vivemos, onde as ideias fascistas, conservadoras e elitistas ganham espaço na política brasileira, e na maioria das vezes, não há empatia, respeito e acreditam que todos devem seguir um padrão, apenas a heterossexualidade como fosse a única e correta na sociedade capitalista.

Por estes pensamentos, se acham no direito de destratar o próximo por ser “diferente” dele, e mesmo após a equiparação da homofobia e da transfobia ao crime de racismo, autores de agressões a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e outras identidades e sexualidades estão sujeitos a penas de um a cinco anos de reclusão, mesmo assim, a lgbtfobia é ainda uma das principais demandas da comunidade LGBT.

No território cearense, a violência contra a minoria LGBT adquiriu proporções alarmantes, tornando-o o quarto estado que mais mata gays, bis, lésbicas transexuais e travestis. Essa colocação o coloca atrás apenas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e

Bahia. Um dos casos de maior destaque foi o assassinato de Dandara dos Santos em Fortaleza. Ocorrido em 15 de fevereiro de 2017, o crime no bairro Bom Jardim adquiriu maior visibilidade após o compartilhamento de um vídeo mostrando a travesti sendo atacada por um grupo de agressores.

Isso demonstra uma crueldade aos diferentes e que temos que mudar essa realidade. Atualmente, 90% da população trans acabam na prostituição, segundo a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Isso passa em utilizar as áreas da educação, saúde, direitos jurídicos, cultural, no desenvolvimento econômico e social para atender aqueles e aquelas que são historicamente excluídos e discriminados devido uma sociedade preconceituosa.

Viver como LGBT em Fortaleza não é fácil, é estar sempre em busca de um lugar para poder está seguro. Entre praças e ruas já ocupadas, peregrinar passou a ser uma constante desde a cidade se divide. A cidade de ricos e a cidade dos pobres, como também, a cidade dos heterossexuais e a cidade dos homossexuais. Quando se busca um espaço mais além para chamar de seu, a fim de construir ali um quintal de afetos, logo dão um jeito de pôr fim.

Queremos transformar o olhar da nossa cidade, como também os altos índices de qualquer tipo de violência a população lgbt. Um olhar humano que respeite todas as diferenças, e que todos os equipamentos públicos atendam da mesma maneira qualquer cidadão e cidadã de Fortaleza.

Propostas

1. Criar metas de inclusão para LGBT;
2. Capacitar profissionais e intensificar tema orientação sexual e pesquisas;
3. Criar programas de educação em direitos humanos, em vários setores, que promovam o respeito à LGBTs ;
4. Articular os poderes públicos, incluindo União, Estado e municípios, na promoção de ações conjuntas de promoção dos Direitos Humanos e da defesa de grupos oprimidos;
5. Criar política de não discriminação e medidas de responsabilização para quem pratique homofobia;

6. Garantir a promoção de ambientes respeitosos, seguros e saudáveis para as pessoas LGBT;
7. Fortalecer e financiar as agendas alusivas aos direitos LGBT, como as atividades do dia intencional da mulher, a Parada da Diversidade Sexual;
8. Intensificar programas e ações de combate ao turismo sexual, do tráfico de pessoas e exploração sexual de pessoas lgbt, através de uma política de Estado com critérios de caráter coercitivo e punitivo;
9. Criar programa de desenvolvimento econômico para as pessoas LGBT;
10. Criar programa de discussão das questões relacionadas à identidade pessoas e diversidade sexual na escola;
11. Garantir no orçamento ações e projetos com recorte de gênero, raça, juventude, deficiência e contra a discriminação;
12. Aprovar legislação que puna as empresas que cometem discriminação contra a população LGBT;
13. Realizar ações que colaborem com o desenvolvimento da carreira de LGBT;
14. Criação de Centro de Referência que atenda pessoas LGBT que sofre qualquer tipo de violência, dando apoio em todas as instâncias (saúde, jurídico, psicológico e promoção de trabalho);
15. Criação de uma Secretaria de Diversidade Sexual de Fortaleza com recursos próprios que possa elaborar uma política de inclusão e ampliação de direitos para a população lgbt de Fortaleza.

NEGROS/AS

“A história do negro brasileiro confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social. Trazido como imigrante forçado e, mais do que isto, como escravo, o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante quase quatro séculos de escravidão. Em todas as áreas do Brasil eles construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas por outro lado foram sumariamente excluídos da divisão dessa riqueza” Clóvis Moura

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico, e cultural de "raças eleitas".

O racismo é um processo produzido e reproduzido; e as condições para a desigualdade racial vão sendo reproduzidas, social, política, histórica e economicamente.

A classe dominante se utilizou de diversas estratégias para o apagamento da história e o branqueamento da população brasileira. Essa dominação tinha a intenção de ser desde a exploração do trabalho escravo nas fazendas até no imaginário, na cultura, na culinária, nos costumes. Não diferente foi o ato com nossa memória, vide a destruição de documentos históricos e arquivos relacionados ao comércio e a escravidão em geral.

O mito da democracia racial, foi e é um das mais agressivas ações no sentido de branquear a população e fortalecer a ideia que a miscigenação foi algo bom, e somos um povo constituído de diversos povos e diversas contribuições, porém não expõe as contradições existentes nesse processo, a violência que existiu, especialmente às mulheres negras. De acordo com Clóvis Moura, teórico marxista negro, o mito da democracia racial possibilita que alguns elementos da cultura negra, como música e religião, sejam citados em alguns espaços, como tentativa de criar no imaginário uma sociedade plural, mas nunca como elementos dominantes. Essa avaliação também serve para outros aspectos, pessoas negras podem ocupar parte dos espaços de direção política na sociedade burguesa, mas não como maioria.

Diversos direitos foram retirados ou nem mesmo disponibilizados para os negros livres, após a lei Áurea. O que prova o quão falsa foi essa libertação da escravidão, que não deu terras, tampouco espaço político no cenário nacional.

Quanto ao espaço político do negro no Brasil, as revoltas contra a escravidão, as fugas e a organização em quilombos, foi o início de um processo que mais tarde deveria caminhar para algo mais nítido no cenário nacional.

Portanto, até hoje em nosso país o povo negro sofre com as consequências desse período nefasto. Somos 56% da população, mas somos excluídos de diversos espaços.

Em 2017 apenas 9,3% dos pretos e pardos tinham diploma universitário comparado a 22% dos brancos. Em 2018 pretos e pardos tinham rendimento domiciliar de R\$ 934,00 comparado a R\$ 1846,00 dos brancos.

Quando falamos de violência, em 2018, 75% das pessoas assassinadas eram negras, e a taxa de encarceramento é na faixa de 67% de negros. Quando o tema é saúde, somos quem mais morremos, a exemplo da pandemia do coronavírus: nos bairros periféricos é onde se tem as maiores taxas de contágio e ao mesmo tempo as maiores taxas de mortalidade, enquanto nos bairros ricos o contágio é alto, porém é o lugar com mais testagem e menos mortes.

Na representatividade política no parlamento, segundo dados da Câmara Federal de 2018, apenas 24% dos deputados federais se declararam negros. O número de parlamentares negras no Estado não chega a 2%. O que demonstra que nas periferias muitas lideranças negras formadas no fogo da luta, da resistência, da combatividade em defesa dos direitos, através da Unidade Popular, possa enxergar o seu lugar na disputa desse espaço e passar a ocupá-lo.

Assim como processo de exploração da classe trabalhadora, utilizando-se da opressão de classe, raça e gênero, as mulheres negras são as mais afetadas quando o assunto é educação, segurança e saúde.

O Ceará é o 3º do Nordeste em violência contra mulher, mais de 27% das mulheres nordestinas, com idades entre 15 e 49 anos, foram vítimas de violência emocional; 17% sofreu agressões físicas pelo menos uma vez na vida e 7% foi violentada sexualmente. E

77% dos casos de violência de gênero, segundo pesquisa do Instituto Maria da Penha junto com a Universidade Federal do Ceará, são contra mulheres negras.

A taxa de desemprego no estado também atingiu em sua maioria jovens negras de 19 a 29 anos em 2019. A pesquisa foi feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com a pesquisa, enquanto para os homens a taxa de desocupação era de 11,1%, entre as mulheres chegava a 12%. Para os negros ou pardos, o índice chegou a 12,3% contra 9,6% entre os brancos.

A situação carcerária das mulheres negras do Ceará não é muito diferente do cenário nacional. A população carcerária feminina é predominantemente negra, jovem e com baixa escolaridade. Segundo o Instituto Negra do Ceará, 57,3% das mulheres encarceradas não têm antecedentes criminais e cerca de 70% não tem informação sobre a própria situação processual. 54% das mulheres que foram condenadas estavam sem frequentar a escola a pelo menos 1 ano e foram detidas com pequenas quantidades de drogas ilegais.

Propostas

- Implementação da Lei 10.639/2003 que obriga o ensino da história e da cultura africana e afro brasileira na escola pública municipal;
- Promoção da saúde da população negra;
- Garantia da aprovação da Lei que destine uma porcentagem das vagas em concursos públicos municipais;
- Retirada de estátuas, nomes de ruas e praças que fazem referência a racistas e fascistas;
- Criação da Secretaria de Igualdade Racial aumentado status financeiro e autonomia política.
- Realizar Curso de Formação Humana voltado para descriminalização da população negra, em parceria com movimentos sociais e universidades públicas;

- Incluir a disciplina de africanidades na Rede Municipal de Ensino, com eixos voltados para cultura negra, ritmos africanos, capoeira etc. Além disso, implementar todas as resoluções nacionais do CNE e legislação específica para inclusão.

- Criar dentro da estrutura da Defesa Civil de Fortaleza, o Núcleo de Assistência, Proteção e Inclusão da população negra vulnerável;

- Incentivo fiscal às empresas que contratarem negros e pardos;

- Construir espaço específico na Secretaria de Mulheres do Município para as mulheres negras - Fortalecer a secretaria de mulheres que desenvolva ações pela Vida das Mulheres Negras, conscientização nos postos de saúde e hospitais;

- Criação de um museu com a cultura e história do povo negro, dos povos originários e dos flagelados dos campos de concentração;

- Trabalhar a valorização da cultura negra em eventos culturais (peças de teatro, musicais e etc) nas periferias;

- Criar a Universidade Fortaleza Libertadora, com incentivo às matrículas de negros e pardos (Fazer parceria com a Unilab para ajudar na implementação);

COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

A religiosidade é parte integrante da vida de todos os povos, pois confere unidade e dá sentido à vida das pessoas. Valores e ideais como solidariedade, honestidade, humildade e amor, propagados pelas diversas religiões, acabam se tornando patrimônio comum. No Brasil, por sua característica de pluralismo cultural, há uma diversidade de práticas religiosas. Porém, mesmo com essa característica plural, e sendo garantida a liberdade de culto e manifestações religiosas na Constituição, muitas pessoas sofrem agressões físicas e verbais (nos templos e espaços públicos) por suas opções religiosas.

Muito comum também é o constrangimento em escolas e órgãos públicos, devido ao predomínio de determinada religião entre os funcionários. Dessa forma, é necessário combater a intolerância religiosa através de um processo educativo permanente, envolvendo as escolas, instituições religiosas, instituições governamentais e organizações da sociedade civil.

Propostas

1. Retirada dos símbolos religiosos dos órgãos públicos e escolas municipais.
2. Fazer formações periódicas com funcionários públicos municipais, abordando a intolerância religiosa.
3. Colocar cartazes educativos nos órgãos públicos e escolas municipais, que sejam permanentes.
4. Garantir que a disciplina Ensino Religioso aborde aspectos de todas as religiões nas escolas municipais.
5. Atividades periódicas de combate à intolerância religiosa nas escolas municipais, com a participação de mães e pais dos estudantes.
6. Criação da “Semana de combate à intolerância religiosa”, com múltiplas atividades, envolvendo instituições religiosas e movimentos sociais.
7. Realização de atos ecumênicos no dia 21 de janeiro (Dia nacional de combate à intolerância religiosa) em vários bairros da cidade.
8. Distribuição de folhetos educativos nos órgãos públicos e escolas municipais.

9. Criação de um espaço público para utilização de manifestações religiosas, que tenha monumentos que celebrem a pluralidade religiosa.

10. Criação de um “conselho ecumênico” para debater políticas de combate à intolerância religiosa.

PODER POPULAR

Desemprego, fome, violência, enfim, os problemas sociais somente serão resolvidos quando o povo apontar o caminho que deve ser trilhado pela sociedade como um todo para sua solução. Sendo assim, incentivar e criar mecanismos para ampliação e maior participação popular na política se faz necessário. Aqueles que vivenciam as dificuldades sociais todos os dias, são os únicos capazes de resolvê-las. Diferente dos tecnocratas que não conhecem a realidade concreta, porque estão longe, protegidos nos seus escritórios formulando teorias que são expressões dos seus interesses particulares, divergindo muitas vezes dos anseios populares. “É com participação política, efetivo poder de resolução e transformação que as pautas de esquerda podem se efetivar”, resumiu o filósofo Safatle. Uma unidade popular que tem como objetivo o poder popular.

A democracia representativa, em que o povo elege seus representantes para o poder executivo e congressistas para o legislativo, nos faz acreditar que o voto nas eleições é o maior ato de democracia. Porém, o poder do povo não pode se resumir apenas ao dia de votação dos seus representantes. A democracia representativa precisa ter em seu propósito uma maior participação popular, por meio de conselhos populares com poderes não apenas consultivos, mas, deliberativos.

Grandes obras de infraestrutura, contratação de dívidas, devem ser decididos por votação popular direta. Leis aprovadas no congresso devem ser submetidas à consulta popular através de plebiscito com poder de legitimar ou vetar o que foi decidido pelos parlamentares. A democracia representativa precisa cada vez mais dar lugar à democracia direta. Incentivando um maior engajamento da população nas práticas sociais de gestão do bem público e na arte de governar. Esse é um caminho para superar a crise política vivenciada atualmente em nossa democracia.

Alcançar uma democracia radical e real dependerá de cada um de nós e daqueles que entendem a importância de construir um verdadeiro governo do povo. Porque o povo é soberano, não existe nada superior a ele.

É necessário que a população seja protagonista no cenário e nas decisões políticas. Nenhum governo em nosso país até o momento, nem mesmo aqueles considerados progressistas, procurou desconstituir o Estado para passar suas atribuições a conselhos

populares; aprofundando a democracia direta. Defender a democracia direta, o poder popular, é lutar por mais direitos, é lutar por um país mais justo, igualitário em questões econômicas e sociais. Assim, “em lugar da antiga sociedade burguesa com as suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”, afirmavam os comunistas revolucionários Marx e Engels.

Nós, da Unidade Popular pelo Socialismo (UP), defendemos que para que a classe trabalhadora possa ter seus anseios realizados, é preciso que se estabeleça um novo tipo de poder no Brasil. Por isso defendemos o Poder Popular, que significa o povo trabalhador tomando o comando das decisões que dizem respeito a ele próprio.

Durante séculos, o povo brasileiro se viu negligenciado pelo Estado em suas necessidades. Isso acontece porque o Estado brasileiro tem sido desde sua fundação um Estado para servir aos interesses daqueles que não trabalham, mas que se apropriam das riquezas produzidas pelos trabalhadores: a classe burguesa. A UP defende que precisamos de um governo que represente e defenda os interesses da maioria do povo brasileiro e não de uma minoria de empresários, banqueiros e latifundiários, como acontece hoje no nosso país.

A burguesia tenta vender a ideia de que o povo não tem condições de exercer o poder, que o poder só pode ser exercido por um grupo seleto de pessoas capacitadas para isso. Nada mais falso. Nosso povo demonstra sua capacidade de se organizar pra exercer o poder constantemente nos bairros por meio das assembleias populares e outros mecanismos que nosso povo encontra para fazer aquilo que o Estado burguês não faz: trabalhar pela melhoria das condições de vida da população.

Portanto, a classe trabalhadora, que é a classe que produz todas as riquezas do nosso país, tem totais condições de administrar essa riqueza e colocá-la a serviço dos trabalhadores. Hoje o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é sangrado para pagar juros e amortizações de uma dívida que nunca passou por um processo de auditoria, ação que está inclusive prevista pela Constituição de 1988. Isso significa que bilhões de reais que poderiam estar sendo destinados para promover saúde, educação, segurança, moradia, lazer etc. para o nosso povo estão sendo utilizados para enriquecer mais ainda o bolso de banqueiros bilionários.

Com o estabelecimento do Poder Popular, essa situação se transformará, pois só será aprovado aquilo que for do interesse da maioria da população. Dessa forma, deixaremos de ser um país onde a maioria tem que se submeter aos interesses de uma minoria e passaremos a ser um país onde a minoria tem que se submeter à maioria. Isso significa que implantar o Poder Popular significa implantar a verdadeira democracia no Brasil, pois a democracia que existe hoje só existe no papel, visto que a esmagadora maioria da população se vê à margem dos processos de decisão política, processos esses cuja essa população é a mais interessada.

MEIO AMBIENTE

A humanidade enfrenta, em todo planeta, uma crise ambiental causada, majoritariamente, pela produção capitalista exacerbada que explora e produz além do necessário, e por governos associados aos grupos empresariais detentores do capital que, irresponsavelmente, não priorizam as pautas ambientais se não causarem benefícios próprios.

Nesse sentido, compreendemos que nossos alimentos estão cada dia mais envenenados, nossas ruas cada dia mais quentes e nossas águas cada dia mais inutilizáveis e inabitáveis e, conseqüentemente, a saúde da população cada dia mais fragilizada. Já nos primeiros 12 meses de vigência do governo fascista de Jair Bolsonaro, o Brasil registrou o maior número de agrotóxicos aprovados desde 2005, foram liberados ao todo 503 desses produtos, sendo 20% dos mesmos classificados pela Anvisa como extremamente tóxicos, a classe mais alta de perigo para humanos. As empresas estrangeiras são as mais beneficiadas com a liberação de agrotóxicos. (Fonte: Repórter Brasil). Percebemos o crescimento do agronegócio a qualquer custo, inclusive da vida de milhões de trabalhadores (as).

Como também, a questão do saneamento básico envolve outros direitos da população pobre cearense que são desrespeitados nas periferias, ainda se sofre com doenças que já deveriam ter sido erradicadas, caso existisse de fato saneamento básico em todos os bairros. Porém, o que vemos na prática é a negligência dos governos em relação às periferias, uma vez que só encontramos sistemas de esgotos adequados nas regionais localizadas na considerada “parte rica” da cidade. O meio ambiente e o bem-estar da população são áreas indissociáveis.

No estado do Ceará, repete-se um processo de desvalorização do meio ambiente extremamente decorrente no inóspito sistema capitalista, em que a vida da fauna e da flora é usurpada em detrimento do lucro de diversas empresas que atuam no meio urbano. Além da exploração sem medidas da força de trabalho humana, o capitalismo também explora a natureza até seu último recurso, de forma irresponsável, violenta e sem limites, não se importando com formas sustentáveis de aproveitamento dos inúmeros recursos naturais presentes no nosso país.

Sendo assim, a Unidade Popular pretende caminhar em contrapartida a esses governos que promoveram diversos retrocessos ambientais. A preservação e a valorização do meio ambiente e, concomitantemente, do bem estar da classe trabalhadora são as nossas

prioridades. Formaremos um governo popular e ambientalista que atua na construção de um Ceará mais ecológico.

REFERÊNCIAS

GRIGORI, Pedro. 20% dos agrotóxicos liberados em 2019 são extremamente tóxicos. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/01/20-agrotoxicos-liberados-em-2019-sao-extremamente-toxicos/>>. Repórter Brasil, 2020.

Propostas

1. Fortificação e obrigatoriedade da promoção de Educação Ambiental nas escolas e nos bairros;
2. Garantir sistema de saneamento básico em todos os bairros;
3. Criação de Hospitais e Clínicas Veterinárias Municipais, com consultas, exames e cirurgias de animais domésticos gratuitos;
4. Campanha de vacinação para animais domésticos (incluindo outras vacinas, além da antirrábica);
5. Campanhas de incentivo à castração de animais domésticos;
6. Maior rigidez e fiscalização nas leis contra o abandono e o maltrato animal;
7. Maior rigidez e fiscalização nas leis de proteção às áreas de preservação ambiental;
8. Proibição da produção de sacolas e canudos plásticos;
9. Plantação de milhares de árvores por todas as regionais para diminuição do calor e da poluição;
10. Valorização da agricultura familiar regional, promovendo eventos mensais que reúnam estes grupos em cada regional;
11. Valorização salarial das categorias que atuam na área ambiental;
12. Maior rigidez na proibição de imóveis que gerem impactos negativos ao meio ambiente;

13. Incentivos fiscais na construção de imóveis que contribuam com a redução de impactos ambientais.
14. Redução do número de agrotóxicos liberados. Retirar todos aqueles que são classificados pela Anvisa como extremamente tóxicos para humanos.
15. Organização da distribuição de água por todo território do interior cearense, dando maior prioridade às famílias que vivem da agricultura de subsistência.
16. Regulamentação e valorização da profissão de catadores de material reciclável.

ASSINAM ESTE PROGRAMA

Diretório Estadual da Unidade Popular (UP)

Diretório Municipal de Fortaleza da UP

Jornal A Verdade

Movimento de Mulheres Olga Benário

Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)

Movimento Luta de Classes (MLC)

União da Juventude Rebelião (UJR)

Movimento Correnteza

Centro Cearense de Cultura Popular Manoel Lisboa de Moura

Militantes filiados/as à Unidade Popular-CE

PELO DIREITO À VERDADE!



Punição aos torturadores e assassinos
da Ditadura Militar!



Mário Alves



Margarida Alves



Honestino Guimarães



Sônia Angel



Emmanoel Bezerra



Vladimir Herzog



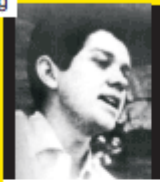
Soledad Barret



Pedro Pomar



Carlos Lamarca



Manoel Lisboa



Carlos Marighella



Lora Selberg

"Eu sou a pátria que lhe esqueceu
O carrasco que lhe torturou
O general que lhe arrancou os olhos
O sangue inocente
De todos os desaparecidos
O choque elétrico e os gritos
- Parem, por favor, isso dói
(...)
Eu sou a lembrança do terror
De uma revolução de merda
De generais e de um exército de merda
Não, nunca poderemos esquecer
Nem devemos perdoar
Eu não anistiei ninguém"

Renato Russo, *La Maison Dieu*